



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO
(4º Corpo Provisório de Artilharia/1868)
GRUPO HUMAITÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026
Processo Administrativo nº64560.002804/2026-28

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO, CNPJ 09.572.399/0001-50**, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado a Rua Padre Francisco Pacheco, 100, Bairro de Fátima, na cidade de Cruz Alta/RS, CEP 98.030-450, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento **Maior Desconto (tecnicamente interpretado como Maior Percentual de Ágio sobre o valor base mensal, conforme itens 5.1.1 e 5.1.2 deste edital)**, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 16/07/2026

Hora Inicial : 08:30

1.DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada com vistas à concessão de uso onerosa de **área pública total de 11,70 m² (onze metros quadrados e setenta decímetros quadrados), dividida em 03 (três) pontos físicos estratégicos**, para fins de instalação, abastecimento e operação de máquinas automáticas de conveniência (*vending machines*) — contemplando bebidas quentes, bebidas geladas e lanches (*snacks*) —, em proveito dos militares e do público externo visitante, atendido pelo 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (29º GAC Ap), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível

com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da

contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6.O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4.cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário

anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no

sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E SISTEMÁTICA DE LANCES

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: item. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo "**Percentual de Desconto**", conforme as diretrizes do **item 3 do Termo de Referência**.

5.1.1. Interpretação do Lance: Devido a limitações operacionais do sistema Compras.gov.br, que não dispõe do critério "**Maior Lance/Oferta**" para este objeto, o sistema processará o julgamento sob a forma de **Maior Desconto**. No entanto, para fins de apuração da proposta vencedora, o percentual de desconto ofertado será tecnicamente interpretado como **ÁGIO (valor adicional)** sobre o valor base.

5.1.2. Metodologia de Cálculo (Alavanca): O percentual inserido pelo licitante no sistema sofrerá a incidência de um **Multiplicador de Escala (Alavanca) de 9,5**. Essa sistemática visa converter a escala de desconto do sistema no valor real de mercado da outorga, conforme a fórmula:

$\text{Valor Final Mensal} = \text{Valor Base} + (9,5 \times (\text{Valor Base} \times \text{Percentual Ofertado}))$

5.1.3. Tabela de Equivalência (Exemplos Práticos): Para fins de transparência, a tabela abaixo exemplifica como os lances registrados no sistema como "**Desconto**" serão convertidos em "**Valor Final da Mensalidade (Outorga)**", considerando o valor base de **R\$ 693,40** e o multiplicador de **9,5**:

Percentual Ofertado do Sistema (Lido como Ágio)	Calculo com Alavanca (9,5)	Valor Final da Mensalidade (R\$)
0,00% (Lance Mínimo)	R\$ 693,40 + [9,5 x (693,40 x 0,00)]	R\$ 693,40
10%	R\$ 693,40 + [9,5 x (693,40 x 0,10)]	R\$.352,13
30%	R\$ 693,40 + [9,5 x (693,40 x 0,30)]	R\$ 2.669,59
99,99%	R\$ 693,40 + [9,5 x (693,40 x 0,9999)]	R\$ 7.280,04

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis

e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,10 %, (ZERO VIRGULA DEZ) PORCENTO**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa **“ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a

ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em

coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato

contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não

alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as

exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado via e-mail: salc29gacap2025@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração

exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4.suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das

responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de

impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: salc29gacap2025@gmail.com e pelo compras.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento

do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

13.11.2. ANEXO II - Minuta do Contrato.

13.11.3. ANEXO III - Termo de Vistoria Técnica.

13.11.4. ANEXO IV - Termo de Renúncia de Vistoria.

13.11.5. ANEXO V – Nota Técnica e Relatório de Pesquisa.

13.11.5.1. Apêndice do Anexo V - Resultado da Enquete Institucional.

13.11.6. ANEXO VI - Laudo Técnico de Avaliação

13.11.7. ANEXO VII - Matriz de Risco.

Cruz Alta , 29 de junho de 2026

GILDSON BORGES DA SILVA - Ten Cel

Ordenador de Despesas do 29º GAC Ap

29 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

Termo de Referência 52/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
52/2026	160371-29 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	ALINE GARCIA WEBER	01/07/2026 14:41 (v 0.18)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		64560.002804/2026-28

1. Objeto

Cessão de Uso sob o regime oneroso, de área para serviços de “vending machine”

1.1. Constitui CESSÃO DE USO, sob o regime oneroso, de área pública total de 11,70 m² (p. 1) situada nas dependências do 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado - Grupo Humaitá, mediante retribuição mensal ao Exército Brasileiro (EB), para o funcionamento de 3 (três) máquinas automáticas, do tipo *vending machine*, **integradas a um projeto de Espaço de Convivência e Ambientação**, possibilitando que a CESSIONÁRIA comercialize cafés, bebidas quentes, bebidas geladas e lanches (*snacks*), atendendo aos militares residentes (Laranjeiras) e visitantes do Forte Humaitá, todos os dias da semana (inclusive feriados), 24 horas por dia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Item	Especificação	CatSer	Contrapartida Mensal Mínima	Contrapartida anual mínima
1	Cessão de Uso de área pública total de 11,70 m² para funcionamento de 03 (três) máquinas automáticas, do tipo “vending machine”, para venda de bebidas quentes, frias e Lanches (Snacks) no Forte Humaitá.	19356	R\$ 693,40	R\$ 8.320,80

1.2. Os valores mencionados acima representam o montante mínimo a ser pago pela cessão de uso do espaço físico, já computada a estimativa técnica do impacto de consumo de energia elétrica e água das máquinas, conforme parâmetros estabelecidos no **Laudo de Avaliação Nr 05/2026-Cmdo AD/3**.

1.2.1. Caso a fiscalização identifique que a potência nominal ou o consumo real dos equipamentos instalados extrapole significativamente a estimativa do Laudo de Avaliação, a Administração reserva-se o direito de repactuar o valor ou exigir a instalação de submedidores

(relógios individuais) por conta da CESSIONÁRIA, que passará a arcar com o custo real medido.

1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Ver **item 3.1.1** deste TR com a fórmula de aplicação do percentual de ágio (cadastrado operacionalmente como desconto) para a definição do valor final da cessão de uso.

2. Justificativa

2. Justificativa e Fundamentação da Necessidade

2.1. A pormenorização da contratação, a justificativa da demanda e a definição de seus quantitativos estão consolidadas em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Com fulcro no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022 (incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022), o objeto desta contratação encontra-se formalmente previsto no **Plano de Contratações Anual (PCA) 2026**.

2.3. É dispensável ao Exército Brasileiro o cumprimento da regulamentação do inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, respeitado o disposto no artigo 1º do Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022.

2.4. O serviço objeto desta licitação é caracterizado como **serviço comum**, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado.

3. Valor estimado

3.1. O valor base mensal da cessão onerosa foi fixado em **R\$ 693,40 (seiscentos e noventa e três e quarenta centavos)** através de Laudo de avaliação técnico emitido por engenheiro militar designado pelo Comando da Ad/3, a qual essa OM é subordinada.

3.1.1. O critério de julgamento será o de **MAIOR PERCENTUAL DE ÁGIO**, aplicado sobre o valor base mensal de **R\$ 693,40**, utilizando-se o **multiplicador de escala (alavanca) de 9,5** para fins de parametrização no sistema eletrônico.

Valor Final = Valor Base + [9,5 x (Valor Base x Percentual de Ágio)]

Onde:

- **Valor Base:** R\$ 693,40 (contrapartida mensal mínima)
- **Percentual de Ágio:** Percentual cadastrado pelo licitante no sistema.
- **9,5:** Multiplicador fixo de escala (fator alavanca).

3.1.2. Exemplos de aplicação da fórmula

Para fins de melhor compreensão da sistemática adotada, seguem os exemplos ilustrativos com os cálculos exatos considerando a base de **R\$ 693,40 e o multiplicador de 9,5:**

Percentual ofertado	Cálculo (Base R\$ 693,40 com Alavanca 9,5)	Valor Final (R\$)
10%	$R\$ 693,40 + [9,5 \times (693,40 \times 0,10)]$	1.352,13
30%	$R\$ 693,40 + [9,5 \times (693,40 \times 0,30)]$	2.669,59
50%	$R\$ 693,40 + [9,5 \times (693,40 \times 0,50)]$	3.987,05
80%	$R\$ 693,40 + [9,5 \times (693,40 \times 0,80)]$	5.963,24
99,99%	$R\$ 693,40 + [9,5 \times (693,40 \times 0,9999)]$	7.280,04

3.1.3. O Valor Final mensal obtido após a aplicação da fórmula de ágio servirá como a base de cálculo para o limite de retenção e amortização das benfeitorias previsto no item 4.2.6 deste Termo de Referência, sendo vedado o abatimento em percentual superior a **60% (sessenta por cento)** do valor real devido em cada competência, garantindo-se o pagamento mínimo obrigatório de 40% via GRU.

3.2. Justificativa da Metodologia do Lance

- **3.2.1.** A adoção desta sistemática baseada em percentual com multiplicador de escala (alavanca) decorre de uma **limitação operacional do sistema Compras.gov.br**, que não disponibiliza de forma nativa o critério de julgamento "**MAIOR OFERTA**" para este tipo de objeto.
- **3.2.2.** O critério de julgamento operacionalizado no portal será configurado formalmente como **MAIOR PERCENTUAL DE ÁGIO (MAIOR OFERTA)**. O lance cadastrado em percentual pelo licitante no sistema será aplicado diretamente como o ágio estabelecido na fórmula do item 3.1.1
- **3.2.3.** A alavanca de 9,5 expande a variação percentual permitida pelo sistema (**que possui teto eletrônico de 99,99%**), garantindo que os lances atinjam o valor justo de mercado.

3.3. Natureza do Valor Estimado

- **3.3.1.** O valor mensal da outorga devida pela CESSIONÁRIA oscilará conforme a disputa pública, respeitando o patamar mínimo de **R\$ 693,40** (equivalente a um ágio inicial de 0,00%).
- **3.3.2.** O teto máximo teórico será delimitado pelo limite técnico de preenchimento de ágio do sistema Compras.gov.br (99,99% de ágio cadastrado).
- **3.3.3.** Por se tratar de um processo de receita (cessão onerosa de espaço), a presente contratação **não gerará ônus financeiro ou despesa orçamentária** para a União (Exército Brasileiro), tornando dispensável a indicação de dotação orçamentária.

4. Condições de realização do serviço

4. DINÂMICA DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DO SERVIÇO

4.1. Dinâmica de Execução

- **4.1.1. Início dos Serviços:** A execução, adequação logística e a efetiva instalação dos equipamentos deverão ser concluídas em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento formal da Autorização de Instalação/Ordem de Serviço a ser emitida pelo Fiscal do Contrato, após a validação das condições elétricas do local.
- **4.1.2. Padrões Técnicos e Operacionais:** Os serviços de alimentação automatizada deverão ser prestados de forma ininterrupta, garantindo condições higiênico-sanitárias adequadas e o pleno abastecimento dos produtos. Para fins de fiscalização e transparência do processo de receita pública, a CESSIONÁRIA deverá emitir e fornecer mensalmente ao Fiscal do Contrato, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, o relatório consolidado de vendas e transações extraído diretamente do sistema de telemetria dos equipamentos instalados.
- **4.1.3. Local e Horário:** As máquinas serão instaladas nas dependências do 29º GAC AP (Forte Humaitá). O atendimento será prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.
- **4.1.4. Materiais e Equipamentos:** A CESSIONÁRIA deverá disponibilizar, por sua conta e ônus, todos os materiais, insumos, equipamentos (*vending machines*), ferramentas e utensílios necessários em quantidade e qualidade adequadas à demanda.
- **4.1.5. Substituição de Equipamentos: SLA de Manutenção Corretiva Geral:** Em caso de panes operacionais, falta de insumos ou intercorrências técnicas em qualquer uma das máquinas automáticas (*vending machines*), a CESSIONÁRIA deverá restabelecer o pleno funcionamento ou substituir o equipamento no prazo máximo e improrrogável de **6 (seis) horas**, contados do acionamento formal ou eletrônico efetuado pela fiscalização.
- **4.1.6. Responsabilidade Técnico-Financeira:** A manutenção preventiva e corretiva, a higienização, a logística de reposição e o controle de validade dos produtos serão de exclusiva responsabilidade técnica e financeira da CESSIONÁRIA, sem qualquer ônus à Administração.

4.2. Benfeitorias Obrigatórias, Ambientação e Compensação Gradativa

- **4.2.1. Conceito do Espaço:** A CESSIONÁRIA deverá implantar no local um conceito de Espaço de Convivência, visando a integração, o conforto e o estímulo à circulação de usuários, sendo expressamente vedada a mera disposição estática de equipamentos alinhados à parede sem harmonização visual ou funcional com o ambiente.
- **4.2.2. Cronograma de Adequação Inicial:** Para o início das atividades, a CESSIONÁRIA deverá executar obrigatoriamente as seguintes adequações de infraestrutura e ambientação inicial no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da Ordem de Serviço:
 - **I.** Instalação de porta de vidro de 2 folhas com adesivação regulamentar (listras horizontais nas cores **vermelha e azul**, Brasão da OM e identificação 'Espaço Humaitá' + empresa vencedora);
 - **II.** Instalação de forro térmico/acústico na área de atendimento;

- **III.** Adequação da iluminação do ambiente utilizando painéis ou luminárias em LED embutidas;
- **IV.** Pintura padronizada e revitalização das paredes do nicho de atendimento.
- **4.2.3. Evolução e Modernização do Espaço:** Visando a perenidade da parceria e a atratividade do local ao longo do período contratual, a CESSIONÁRIA poderá propor e executar melhorias contínuas de ambientação (como balcões de apoio em marcenaria, banquetas fixas, revestimentos decorativos, rede Wi-Fi própria ou totens para recarga de dispositivos móveis), mediante prévia apresentação de projeto estético e aprovação formal da Administração.
- **4.2.4. Normas Técnicas:** Todas as intervenções, obras e instalações mobiliárias deverão observar rigorosamente as normas técnicas vigentes da ABNT, Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e legislações sanitárias aplicáveis, sob pena de rejeição e obrigação de refazimento sem ônus para a União.
- **4.2.5. Da Compensação Financeira por Benfeitorias:** O valor financeiro efetivamente investido pela CESSIONÁRIA na execução das benfeitorias obrigatórias iniciais (**fechamento estrutural e identidade visual, luminotécnica e revitalização visual**), bem como nas melhorias de ambientação previamente autorizadas, será abatido do valor mensal devido pela retribuição da cessão de uso, após a devida fiscalização, ateste e aprovação da Administração.
- **4.2.6. Limite do Abatimento Gradativo:** O abatimento mensal decorrente das compensações de benfeitorias fica **estritamente limitado ao percentual de 60% (sessenta por cento)** do valor da mensalidade devida, obrigando-se a CESSIONÁRIA ao recolhimento mensal mínimo de 40% do valor da outorga via GRU. O saldo remanescente do investimento continuará sendo amortizado nos meses subsequentes de forma estritamente gradativa até a sua integral quitação garantindo o fluxo contínuo de receita pública à OM.
- **4.2.7. Fluxo de Validação de Custos:** Todo e qualquer investimento que enseje abatimento futuro deverá ser precedido de orçamento detalhado e autorização expressa da Administração. A amortização só será iniciada após a comprovação dos custos por meio de notas fiscais válidas e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela fiscalização militar.
- **4.2.8. Incorporação ao Patrimônio:** Após a integral compensação financeira dos valores na forma desta seção, as benfeitorias e melhorias estruturais fixas passarão a pertencer imediatamente ao patrimônio da UNIÃO, não gerando à CESSIONÁRIA qualquer direito de retenção, indenização ou restituição ao término do vínculo contratual.
- **4.2.9. Demandas Futuras e Termos Aditivos:** Outras demandas de modernização estrutural, ampliações ou novas adequações de serviços que vierem a surgir durante o vínculo contratual serão formalizadas e tratadas exclusivamente por meio de Termo Aditivo.

4.3. Requisitos Específicos das Máquinas e Produtos

- **4.3.1. Mecanismos de Pagamento:** As máquinas deverão conter, obrigatoriamente, sistemas integrados que aceitem pagamentos por meio de cartão de crédito e débito (com função de aproximação/NFC e carteiras digitais), Pix via QR Code dinâmico, além de moedas e cédulas em espécie com sensores antifraude. O processamento eletrônico deve possuir certificação de segurança PCI-DSS e estar conectado a um sistema de telemetria em tempo real. É expressamente vedado qualquer acréscimo, taxa ou valor mínimo sobre o preço final cobrado do usuário, independentemente do meio de pagamento escolhido.

- **4.3.2. Características Mínimas dos Equipamentos:** Os equipamentos elétricos instalados deverão estar em perfeito estado de conservação, possuir display eletrônico em idioma português, ser acessíveis a pessoas portadoras de necessidades especiais e apresentar baixo consumo de energia elétrica.
- **4.3.3. Da Matriz de Demandas e Preferência de Consumo:** Para garantir a atratividade comercial da Cessão de Uso Onerosa e a efetiva prestação de serviços de apoio ao pessoal militar e visitantes, a CESSIONÁRIA deverá compor o estoque das máquinas automáticas atendendo prioritariamente à matriz de itens apurada na pesquisa estatística interna de preferência de consumo realizada com o efetivo do 29º GAC AP, conforme especificado na tabela abaixo:

TABELA DE ITENS DA PESQUISA INTERNA (MATRIZ DE PREFERÊNCIA)

Ação: Orientar a modelagem da proposta da Cessionária a respeito do perfil de consumo exigido pelo público local.

Categoria	Descrição do Item Sugerido	Marca/Produto de Referência (ou equivalente)	Volumetria / Peso Mínimo
REFRIGERANTES	Refrigerante de Cola Lata	Coca-Cola	350 ml
	Refrigerante de Guaraná Lata	Guaraná Antarctica	350 ml
	Refrigerante de Lima-Limão Lata	Sprite	350 ml
	Refrigerante de Cola Zero Açúcar Lata	Coca-Cola Zero	350 ml
SUCOS	Suco de Laranja (ou 100% Suco)	Del Valle	200 ml
	Suco de Uva	Del Valle	200 ml
	Suco de Pêssego	Del Valle	200 ml
DOCES	Chocolate Waffer	Kit-Kat (diversos)	41,5 g
	Barra de Chocolate com Caramelo/Amendoim	Snickers	45 g
	Barra de Chocolate com Caramelo/Biscoito	Twix	40 g
	Confeitos de Chocolate ao Leite	M&M's	148 g
	Chocolate Waffer em Camadas	Bis Extra	45 g
	Barra de Chocolate ao Leite /Meio Amargo	Lacta / Nestlé	80 g
	Biscoito Recheado Sabor Chocolate	Oreo Original	90 g

BISCOITOS	Biscoito Salgado Integrado /Tradicional	Club Social (Original)	144 g
	Biscoito Recheado Tipo Tubo	Teens Chocolate	30 g
	Cookie Original com Gotas de Chocolate	Bauducco	60 g
	Barra de Cereal Sabores	Nutry	22 g
SALGADINHOS	Salgadinho de Milho Sabor Tortilha	Doritos Original	84 g
	Salgadinho de Milho Sabor Presunto	Fandangos Milho	140 g
	Batata Frita Lisa Tipo Chips	Ruffles	33 g
	Salgadinho de Milho Tipo Salgadinho	Cheetos Elma Chips	45 g
	Amendoim Tipo Japonês	Elma Chips	145 g
	Batata Frita em Concha Empilhável	Pringles Batata Original	104 g
BOLOS	Bolinho Individual Recheado	Ana Maria	70 g
	Bolo Individual Sabores	Bauducco	40 g
B A L A S /CHICLETES	Goma de Mascar Sem Açúcar	Trident (diversos)	8 g
	Pastilha Refrescante Sabores	Halls (diversos)	28 g
	Pastilha Mastigável Menta	Mentos Mint	37,5 g
	Bala de Gelatina Tipo Tubos	Fini (Tubes)	15 g
	Goma de Mascar com Recheio Líquido	Bubbaloo	5 g

- **4.3.4. Da Indicação de Marcas como Parâmetro de Qualidade (Art. 43, IV, Lei nº 14.133 /21):** Em estrito cumprimento aos princípios da eficiência e da padronização, as marcas listadas nas tabelas servem como referência técnica de qualidade, sabor, peso e aceitabilidade. Fica expressamente vedado o fornecimento de marcas concorrentes de qualidade inferior ao listado pela pesquisa. Marcas similares ou equivalentes em suas características, volumetria e padrão mercadológico serão aceitas mediante autorização do Fiscal Administrativo da OM.
- **4.3.4.1. Do Teto de Preço ao Consumidor:** Os valores constantes nas tabelas deste subitem representam o preço médio máximo de mercado apurado para a modalidade de *vending machines* corporativas. Fica expressamente vedado à CESSIONÁRIA praticar preços de venda aos usuários finais superiores aos tetos estabelecidos nestas tabelas institucionais, operando como garantia de modicidade de preços ao público interno da Organização Militar.
- **4.3.4.2. Do Tabelamento Social e Modicidade de Preços:** O estabelecimento dos preços máximos previstos neste Termo de Referência possui natureza de preço tabelado fixo, visando

garantir a isonomia no acesso aos produtos por todos os círculos hierárquicos da Organização Militar. A medida busca atender, prioritariamente, os usuários de menor poder aquisitivo do Forte Humaitá (militares do corpo de tropa, recrutas e prestadores de serviço), assegurando que os produtos de conveniência sejam comercializados por valores justos, acessíveis e compatíveis com a realidade socioeconômica de todo o efetivo.

TABELA DE PESQUISA DE PREÇOS E FORNECEDORES - BEBIDAS QUENTES

Ação: Parâmetro de teto máximo de preço fixado para a operação de bebidas quentes (Varejo).

Base de redes pesquisadas: Gran Coffee, Brasil Vending, Connect Vending, Fábrica do Expresso, Fox Vending, Classic Coffee.

Categoria	Item Comercializado	Volumetria Padrão	Preço Médio Praticado no Mercado (Teto Varejo)
01	Café Expresso Curto	100 ml	R\$ 6,00
02	Café Expresso Longo	180 ml	R\$ 7,50
03	Leite com Café	180 ml	R\$ 8,50
04	Cappuccino	180 ml	R\$ 8,50
05	Chococcino	180 ml	R\$ 8,50
06	Mocaccino	180 ml	R\$ 8,50

TABELA DE PESQUISA DE PREÇOS E FORNECEDORES - BEBIDAS FRIAS E LANCHES (SNACKS)

Ação: Parâmetro de teto máximo de preço fixado para venda direta de frios e snacks ao consumidor final (Varejo).

Base de redes pesquisadas: Zona Sul, Carrefour, Americanas, Magalu, Pague Menos.

Categoria	Descrição do Item Sugerido	Marca/Produto de Referência (ou equivalente)	Volumetria / Peso Mínimo	Valor Unitário Médio (Teto Varejo)
REFRIGERANTES	Refrigerante de Cola Lata	Coca-Cola	350 ml	R\$ 4,30
	Refrigerante de Guaraná Lata	Guaraná Antarctica	350 ml	R\$ 3,70
	Refrigerante de Lima-Limão Lata	Sprite	350 ml	R\$ 3,80
	Refrigerante de Cola Zero Açúcar Lata	Coca-Cola Zero	350 ml	R\$ 4,35
	Suco de Laranja (ou 100% Suco)	Del Valle	200 ml	R\$ 2,90

SUCOS	Suco de Uva	Del Valle	200 ml	R\$ 3,10
	Suco de Pêssego	Del Valle	200 ml	R\$ 2,90
DOCES	Chocolate Waffer	Kit-Kat (diversos)	41,5 g	R\$ 4,20
	Barra de Chocolate com Caramelo /Amendoim	Snickers	45 g	R\$ 3,90
	Barra de Chocolate com Caramelo /Biscoito	Twix	40 g	R\$ 3,90
	Confeitos de Chocolate ao Leite	M&M's	148 g	R\$ 13,50
	Chocolate Waffer em Camadas	Bis Extra	45 g	R\$ 4,10
	Barra de Chocolate ao Leite/Meio Amargo	Lacta / Nestlé	80 g	R\$ 6,50
BISCOITOS	Biscoito Recheado Sabor Chocolate	Oreo Original	90 g	R\$ 4,20
	Biscoito Salgado Integrado/Tradicional	Club Social (Original)	144 g	R\$ 5,90
	Biscoito Recheado Tipo Tubo	Teens Chocolate	30 g	R\$ 2,80
	Cookie Original com Gotas de Chocolate	Bauducco	60 g	R\$ 3,90
	Barra de Cereal Sabores	Nutry	22 g	R\$ 2,10
SALGADINHOS	Salgadinho de Milho Sabor Tortilha	Doritos Original	84 g	R\$ 9,50
	Salgadinho de Milho Sabor Presunto	Fandangos Milho	140 g	R\$ 10,20
	Batata Frita Lisa Tipo Chips	Ruffles	33 g	R\$ 5,20
	Salgadinho de Milho Tipo Salgadinho	Cheetos Elma Chips	45 g	R\$ 4,80
	Amendoim Tipo Japonês	Elma Chips	145 g	R\$ 8,90
	Batata Frita em Concha Empilhável	Pringles Batata Original	104 g	R\$ 11,90
	Bolinho Individual Recheado	Ana Maria	70 g	R\$ 3,50

BOLOS	Bolo Individual Sabores	Bauducco	40 g	R\$ 2,60
BALAS / CHICLETES	Goma de Mascar Sem Açúcar	Trident (diversos)	8 g	R\$ 2,90
	Pastilha Refrescante Sabores	Halls	28 g	R\$ 2,20
	Pastilha Mastigável Menta	Mentos Mint	37,5 g	R\$ 3,80
	Bala de Gelatina Tipo Tubos	Fini (Tubes)	15 g	R\$ 2,50
	Goma de Mascar com Recheio Líquido	Bubbaloo	5 g	R\$ 0,50

- **4.3.5. Justificativa Jurídica contra o Direcionamento:** A indicação nominal dos produtos e marcas visa orientar a modelagem da proposta comercial da CESSIONÁRIA a respeito do perfil de consumo local e assegurar um padrão mínimo de qualidade alimentar compatível com as grandes redes varejistas. Essa especificação não cria barreiras de mercado, sendo aceita qualquer marca concorrente que possua certificação da ANVISA e que atenda às especificações técnicas descritas na tabela.

TABELA COMPLETA COM A PESQUISA DE MERCADO - ATACADO

Ação: Demonstrativo de viabilidade econômica e estimativa de equilíbrio econômico-financeiro para a Cessionária.

Base de redes pesquisadas: Atacadão, Assaí, Roldão, Tenda.

Categoria	Descrição do Item Sugerido	Marca/Produto de Referência (ou equivalente)	Volumetria / Peso Mínimo	Valor Varejo (Médio)	Valor Atacado (Simulado)
REFRIGERANTES	Refrigerante de Cola Lata	Coca-Cola	350 ml	R\$ 4,30	R\$ 3,44
	Refrigerante de Guaraná Lata	Guaraná Antarctica	350 ml	R\$ 3,70	R\$ 2,96
	Refrigerante de Lima-Limão Lata	Sprite	350 ml	R\$ 3,80	R\$ 3,04
	Refrigerante de Cola Zero Açúcar Lata	Coca-Cola Zero	350 ml	R\$ 4,35	R\$ 3,48
SUCOS	Suco de Laranja (ou 100% Suco)	Del Valle	200 ml	R\$ 2,90	R\$ 2,32
	Suco de Uva	Del Valle	200 ml	R\$ 3,10	R\$ 2,48
	Suco de Pêssego	Del Valle	200 ml	R\$ 2,90	R\$ 2,32

DOCES	Chocolate Waffer	Kit-Kat (diversos)	41,5 g	R\$ 4,20	R\$ 3,36
	Barra de Chocolate com Caramelo /Amendoim	Snickers	45 g	R\$ 3,90	R\$ 3,12
	Barra de Chocolate com Caramelo /Biscoito	Twix	40 g	R\$ 3,90	R\$ 3,12
	Confeitos de Chocolate ao Leite	M&M's	148 g	R\$ 13,50	R\$ 10,80
	Chocolate Waffer em Camadas	Bis Extra	45 g	R\$ 4,10	R\$ 3,28
	Barra de Chocolate ao Leite/Meio Amargo	Lacta / Nestlé	80 g	R\$ 6,50	R\$ 5,20
BISCOITOS	Biscoito Recheado Sabor Chocolate	Oreo Original	90 g	R\$ 4,20	R\$ 3,36
	Biscoito Salgado Integrado /Tradicional	Club Social (Original)	144 g	R\$ 5,90	R\$ 4,72
	Biscoito Recheado Tipo Tubo	Teens Chocolate	30 g	R\$ 2,80	R\$ 2,24
	Cookie Original com Gotas de Chocolate	Bauducco	60 g	R\$ 3,90	R\$ 3,12
	Barra de Cereal Sabores	Nutry	22 g	R\$ 2,10	R\$ 1,68
SALGADINHOS	Salgadinho de Milho Sabor Tortilha	Doritos	84 g	R\$ 9,50	R\$ 7,60
	Salgadinho de Milho Sabor Presunto	Fandangos Milho	140 g	R\$ 10,20	R\$ 8,16
	Batata Frita Lisa Tipo Chips	Ruffles	33 g	R\$ 5,20	R\$ 4,16
	Salgadinho de Milho Tipo Salgadinho	Cheetos Elma Chips	45 g	R\$ 4,80	R\$ 3,84
	Amendoim Tipo Japonês	Elma Chips	145 g	R\$ 8,90	R\$ 7,12
		Pringles Batata			

	Batata Frita	Original	104 g	R\$ 11,90	R\$ 9,52
BOLOS	Bolinho Individual Recheado	Ana Maria	70 g	R\$ 3,50	R\$ 2,80
	Bolo Individual Sabores	Bauducco	40 g	R\$ 2,60	R\$ 2,08
BALAS / CHICLETES	Goma de Mascar Sem Açúcar	Trident (diversos)	8 g	R\$ 2,90	R\$ 2,32
	Pastilha Refrescante Sabores	Halls (diversos)	28 g	R\$ 2,20	R\$ 1,76
	Pastilha Mastigável Menta	Mentos Mint	37,5 g	R\$ 3,80	R\$ 3,04
	Bala de Gelatina Tipo Tubos	Fini (Tubes)	15 g	R\$ 2,50	R\$ 2,00
	Goma de Mascar com Recheio Líquido	Bubbaloo	5 g	R\$ 0,50	R\$ 0,40

- **4.3.6. Proibições de Comercialização:** Fica expressamente vedada a comercialização de bebidas alcoólicas, artigos de tabacaria, bilhetes lotéricos, medicamentos, produtos químico-farmacêuticos ou quaisquer substâncias que causem dependência física ou psíquica.
- **4.3.7. Canais de Atendimento:** A CESSIONÁRIA deverá manter fixado na máquina, em local visível, o número de telefone de contato para que os usuários possam reportar problemas operacionais, falhas no troco ou produtos presos. As reclamações dessa natureza devem ser sanadas no máximo no dia útil posterior.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

- **4.4.1. Práticas Sustentáveis:** A CESSIONÁRIA deverá orientar seus funcionários a adotarem práticas voltadas a evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica nas dependências da Organização Militar (OM).
- **4.4.2. Produtos de Higieneização:** Os produtos de limpeza e conservação utilizados na manutenção das superfícies e dos equipamentos devem obedecer rigorosamente às especificações e classificações determinadas pela ANVISA.
- **4.4.3. Gestão de Resíduos:** Os funcionários envolvidos na reposição deverão realizar a separação consciente do lixo gerado pela atividade para fins de reciclagem, respeitando as Normas Brasileiras (NBR/ABNT) aplicáveis a resíduos sólidos.
- **4.4.4. Controle Sanitário:** A operação deverá observar integralmente a Resolução RDC ANVISA nº 216/2004 (Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação) e demais normas de vigilância sanitária vigentes.

4.5. Controle de Acesso e Apresentação

- **4.5.1. Higiene e Apresentação:** Os empregados em serviço de reposição ou manutenção deverão manter-se em perfeitas condições de higiene e portar, em local visível, o crachá de identificação fornecido pela empresa ou pela OM.
- **4.5.2. Equipamentos de Proteção:** É obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para a realização dos serviços de transporte, manutenção elétrica e abastecimento das máquinas.
- **4.5.3. Disciplina e Segurança:** Os funcionários da CESSIONÁRIA deverão submeter-se estritamente aos regulamentos de segurança interna e disciplina do 29º GAC AP, sendo o acesso restrito exclusivamente às áreas destinadas à instalação das máquinas.

--

5. Deveres da cessionária

5. DEVERES DA CESSIONÁRIA

- **5.1. Conservação e Zeladoria do Patrimônio:** Manter as áreas cedidas para a instalação das máquinas em perfeito estado de conservação, higiene, asseio e limpeza. A CESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela integridade do patrimônio público móvel e imóvel colocado à sua disposição, respondendo por qualquer avaria.
- **5.2. Conformidade Legal e Fiscal:** Cumprir integralmente todas as obrigações e encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários decorrentes da exploração da atividade. A inadimplência da CESSIONÁRIA não transfere ao Exército Brasileiro qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- **5.3. Regularidade Sanitária:** Apresentar e manter válidos todos os registros, licenças, alvarás e autorizações expedidos pelas autoridades sanitárias competentes para a manipulação e comercialização de gêneros alimentícios, atendendo especialmente à Resolução RDC ANVISA nº 216/2004.
- **5.4. Submissão à Fiscalização:** Facilitar e submeter-se, a qualquer tempo, à fiscalização da Administração do 29º GAC AP e de órgãos externos, franqueando o acesso aos equipamentos, medições de consumo e documentos operacionais requisitados.
- **5.5. Proteção de Dados e Sigilo:** Observar as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) no que tange a eventuais dados transacionais ou cadastrais coletados nos módulos de pagamento eletrônico, guardando sigilo absoluto sobre informações internas da Organização Militar.
- **5.6. Controle e Credenciamento de Pessoal:** Apresentar ao Fiscal do Contrato, antes do início das atividades, a relação nominal de funcionários que farão o abastecimento técnico, acompanhada de cópias de RG, CPF e certidões de antecedentes criminais. Qualquer alteração no quadro deve ser comunicada imediatamente à 2ª Seção (Inteligência) para fins de confecção de crachás de circulação restrita.
- **5.7. Inexistência de Vínculo:** Assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de salários, vales-transporte, uniformes e demais direitos de seus colaboradores, declarando formalmente que os funcionários da CESSIONÁRIA não possuem qualquer vínculo empregatício, estatutário ou funcional com o 29º GAC AP ou com a União.
- **5.8. Incorporação de Benfeitorias:** Aceitar expressamente que todas as benfeitorias necessárias, úteis ou de ambientação realizadas no espaço público, após a devida compensação graduada na retribuição mensal (conforme Tópico 4), serão definitivamente incorporadas ao patrimônio da União, renunciando formalmente a qualquer direito de retenção, indenização ou ressarcimento ao término da cessão.
- **5.9. Alterações Estruturais:** Abster-se de executar qualquer reforma, alteração de circuitos elétricos, furações em alvenaria ou modificações na identidade visual do nicho cedido sem a apresentação de projeto técnico prévio e autorização expressa, formal e por escrito da Organização Militar .

- **5.10. Manutenção Frequente e Abastecimento:** Garantir o abastecimento diário e a manutenção preventiva rigorosa de todos os equipamentos, mantendo o *mix* de produtos completo e as máquinas operacionais em sua plenitude.
- **5.11. Tempo de Resposta para Manutenção Corretiva (SLA Máquinas de Café):** Em caso de panes operacionais, falta de insumos internos ou intercorrências técnicas específicas nas máquinas de bebidas quentes — tais como obstrução mecânica de tubulações, travamento de moinhos, queima de resistências ou entupimento/obstrução de bombas de pressurização de café e *cappuccino* —, a CESSIONÁRIA deverá restabelecer o pleno funcionamento do equipamento no prazo máximo e improrrogável de 6 (seis) horas, contados do acionamento formal ou eletrônico efetuado pela fiscalização.
- **5.12. Filtragem e Qualidade da Água (Bebidas Quentes):** Instalar e substituir periodicamente, por sua conta e ônus, sistema de filtragem de água composto por elemento decolorador e filtro bacteriológico acoplado à entrada de água das máquinas de bebidas quentes, garantindo a potabilidade, a ausência de odores/sabores residuais e evitando a incrustação de calcário nas bombas hidráulicas.
- **5.13. Controle Integrado de Pragas Nas Máquinas:** Realizar, com periodicidade mínima trimestral, a sanitização e aplicação de barreiras químicas internas específicas contra vetores e pragas urbanas (formigas, baratas e insetos em geral) no interior dos gabinetes das *vending machines*, emitindo e entregando o respectivo comprovante técnico de execução ao Fiscal do Contrato.
- **5.14. Proteção Elétrica dos Equipamentos:** Instalar dispositivos internos de proteção contra surtos elétricos (DPS) e estabilizadores/nobreaks de capacidade compatível com a potência nominal de cada máquina, a fim de mitigar riscos de queima de placas lógicas e garantir o funcionamento ininterrupto da telemetria durante oscilações na rede elétrica da OM.
- **5.15. Higienização Química Interna de Condutos:** Executar ciclos periódicos automatizados e manuais de higienização química (limpeza interna com pastilhas sanitizantes próprias) nos condutos de passagem de leite em pó, chocolate e solúveis, prevenindo a proliferação bacteriana e a solidificação de resíduos que gerem obstruções mecânicas nas bombas de extração.

6. Vedações à cessionária

6. VEDAÇÕES À CESSIONÁRIA

- **6.1. Uso do Nome Institucional:** É expressamente proibido à CESSIONÁRIA usar o nome do Exército Brasileiro, do Comando da AD/3 ou do 29º GAC AP para a aquisição de insumos, contratação de serviços, obtenção de vantagens ou abertura de linhas de crédito junto a terceiros.
- **6.2. Execução de Alterações Não Autorizadas:** Modificar circuitos elétricos, redes hidráulicas, realizar furações estruturais ou reformas na área cedida sem autorização prévia, formal e por escrito da Organização Militar, ressalvadas estritamente as benfeitorias obrigatórias de adequação inicial e os projetos de ambientação devidamente homologados pela fiscalização na forma do item 4.2.7 deste instrumento.

- **6.3. Transferência do Objeto (Subcontratação):** Sublocar, ceder, transferir, subcontratar ou de qualquer forma partilhar, total ou parcialmente, o espaço físico objeto da cessão onerosa ou a execução dos serviços de *vending machine* com terceiros.
- **6.4. Exploração Publicitária Indevida:** Veicular anúncios publicitários, propagandas políticas, comerciais ou peças promocionais na parte externa ou nas telas digitais dos equipamentos, ressalvadas as logomarcas, tabelas de preços e identidades visuais próprias dos produtos alimentícios e marcas de referência autorizadas no *mix* de consumo.
- **6.5. Comercialização Ambulante ou Desviada:** Comercializar qualquer tipo de produto, insumo ou serviço de forma ambulante, por meio de fichas manuais, ou fora do perímetro estritamente delimitado e cedido para a instalação das máquinas no Forte Humaitá.
- **6.6. Quebra de Segurança Orgânica:** Desconsiderar, contornar ou descumprir os preceitos de segurança orgânica, controle de acesso de veículos e restrições de circulação da disciplina militar vigentes nas dependências do 29º GAC AP.
- **6.7. Prática de Preços Abusivos ou Limitações de Pagamento:** Praticar preços de venda aos usuários finais superiores aos tetos estabelecidos nas matrizes deste Termo de Referência, bem como estabelecer valor mínimo para transações eletrônicas ou embutir taxas administrativas de cartão/Pix no valor final do produto .

7. Rescisões

7. DA EXTINÇÃO DA CESSÃO DE USO (CONTRATO)

- **7.1. Hipóteses de Extinção Unilateral por Inexecução:** A ocorrência de quaisquer das infrações ou situações previstas nos incisos do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021 ensejará a extinção unilateral e imediata do Termo de Cessão de Uso por parte da Administração do 29º GAC AP, formalmente motivada nos autos, sem prejuízo da aplicação cumulativa de multas e sanções.
- **7.2. Causas Específicas de Extinção por Culpa da Cessionária:** Constituem motivos para a extinção imediata e unilateral da cessão de uso, por interesse público e culpa exclusiva da CESSIONÁRIA, as seguintes faltas gravíssimas:
 - **I.** O descumprimento do Tabela Social e Modicidade de Preços, mediante a cobrança de valores superiores aos tetos máximos permitidos para bebidas e Lanches (*snacks*);
 - **II.** O descumprimento reiterado — assim considerado por mais de 3 (três) vezes consecutivas ou intercaladas no mesmo ano fiscal — do prazo de 6 horas para manutenção corretiva e desobstrução de bombas/maquinário;
 - **III.** A execução de reformas ou alterações de circuitos elétricos e hidráulicos sem a aprovação por escrito e homologação expressa da fiscalização militar;
 - **IV.** A sublocação, cessão ou subcontratação parcial ou total do espaço de convivência a terceiros estranhos à licitação.
- **7.3. Inadimplemento Financeiro Cronológico:** O atraso ou inadimplemento no recolhimento da retribuição mensal devida via Guia de Recolhimento da União (GRU) por prazo superior a

180 (cento e oitenta) dias consecutivos, ou por períodos intercalados que somem 12 (doze) meses dentro do mesmo ano fiscal, constituirá motivo autônomo para a imediata extinção do vínculo contratual.

- **7.4. Garantia de Ampla Defesa:** O processo administrativo voltado à extinção do contrato será instruído nos autos da contratação, assegurando-se à CESSIONÁRIA o direito ao prévio contraditório e à ampla defesa, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis para manifestação.
- **7.5. Prazo Improrrogável para Desocupação:** Decretada formalmente a extinção da cessão de uso, a CESSIONÁRIA terá o prazo improrrogável de até 15 (cinze) dias corridos para efetuar a retirada total de suas máquinas, cabeamentos, fiações, estoques e mobiliários móveis das dependências do Forte Humaitá.
 - **7.5.1.** O espaço deverá ser entregue completamente limpo e desocupado, sob pena de retenção administrativa dos bens pela OM para ressarcimento de eventuais prejuízos e aplicação de multa diária.

8. Critérios de medição e de pagamento

8.1. Avaliação da Execução e Qualidade

- **8.1.1.** A fiscalização do 29º GAC AP avaliará permanentemente o padrão de prestação do serviço por meio do histórico de ocorrências e de inspeções técnicas rotineiras.
- **8.1.2.** Serão considerados motivos para aplicação de glosas procedimentais ou sanções: a interrupção do serviço sem aviso prévio, o desabastecimento das máquinas, a comercialização de produtos vencidos ou a falta de troco eletrônico/físico.
- **8.1.3.** A Administração poderá aplicar pesquisas semestrais de satisfação junto aos militares residentes e usuários para monitorar o nível de aceitação e higiene da solução.
- **8.1.4.** O descumprimento do cronograma de adequação inicial e ambientação obrigatória (item 4.2.2) ensejará a suspensão imediata de qualquer direito a abatimento futuro de valores, além da aplicação de sanções administrativas por execução insatisfatória do objeto, sem prejuízo da rescisão contratual.

8.2. Recebimento e Procedimentos

- **8.2.1.** Recebimento Provisório: Realizado mensalmente pelo fiscal técnico e administrativo da OM mediante registro analítico da conformidade das operações e da adimplência financeira.
- **8.2.2.** Recebimento Definitivo: Ocorre em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, por meio de termo circunstanciado emitido pelo Gestor do Contrato, atestando a regularidade global do período de ocupação.

8.3. Pagamento da Contrapartida (Cessão de Uso) e Dinâmica de Compensação

8.3.1. Prazo de Pagamento: A CESSIONÁRIA deverá efetuar o pagamento mensal da retribuição pela cessão de uso obrigatoriamente até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de utilização.

8.3.2. Mecanismo de Emissão de GRU com Abatimento: O recolhimento financeiro será feito por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), emitida pelo Setor de Finanças do 29º GAC AP.

8.3.2.1. Nos meses em que houver crédito decorrente de benfeitorias homologadas pela fiscalização (conforme item 4.2.7), o Setor de Finanças emitirá a GRU já calculada com o abatimento concedido, respeitado o limite de até 50% do valor mensal devido.

8.3.2.2. O comprovante de quitação da GRU deverá ser enviado imediatamente à fiscalização, acompanhado do relatório de telemetria correspondente ao período faturado e do extrato de evolução do saldo amortizado, para fins de liquidação e recebimento definitivo.

9. Habilitação

9. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **9.1. Disposições Gerais:** Para fins de habilitação no presente certame, a licitante detentora do melhor lance deverá comprovar o atendimento aos requisitos de regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, nos termos dos Artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- **9.2. Da Qualificação Técnica (Art. 67, Lei nº 14.133/21):** A comprovação da aptidão técnica para a execução do objeto será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos na fase de habilitação:
 - **9.2.1. Atestado de Capacidade Técnica (Operacional):** Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante na gestão, operação, manutenção e abastecimento contínuo de postos de atendimento automatizado de conveniência ou alimentação (*vending machines*), em características e complexidade compatíveis com o objeto desta cessão.
 - **9.2.2. Regularidade Sanitária Institucional:** Apresentação de cópia da Licença Sanitária, Alvará de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária válido, expedido pelo órgão competente do município ou estado de sede da licitante, que autorize expressamente a exploração de atividades do ramo de comércio varejista de produtos alimentícios e bebidas, em estrita observância à Resolução RDC ANVISA nº 216/2004.
 - **9.2.3. Declaração de Infraestrutura e Equipamentos:** Declaração formal e assinada pelo representante legal da licitante atestando que a empresa possui a infraestrutura operacional, logística de transporte adequada, equipamentos (*vending machines* em quantidade suficiente para atendimento e substituição em 24 horas) e equipe técnica qualificada para o fiel cumprimento do objeto contratual.
- **9.3. Da Qualificação Econômico-Financeira:** Para fins de garantia da saúde financeira e mitigação do risco de abandono contratual, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar:
 - **9.3.1. Certidão Negativa de Falência:** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos termos do Art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- **9.4. Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:** A regularidade será comprovada mediante a consulta extraída diretamente do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que deverá contemplar:
 - **I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - **II.** Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
 - **III.** Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - **IV.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), atestando o cumprimento do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz).

10. DO JULGAMENTO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA DINÂMICA OPERACIONAL NO SISTEMA

- **10.1. Critério de Julgamento Nominal no Sistema:** Para fins exclusivamente operacionais de parametrização e cadastro no portal de compras do Governo Federal (Compras.gov.br), o certame será processado sob o critério de **MAIOR DESCONTO**, utilizando-se o modo de disputa **Aberto**.
- **10.2. Da Dinâmica de Equivalência de Lances (Ágio Computado como Desconto):** Diante das limitações técnicas do sistema eletrônico para processar outorgas/cessões de uso onerosas, a disputa será configurada de modo que **CADA PERCENTUAL DE LANCE INSCRITO COMO "DESCONTO" PELA LICITANTE SEJA FORMALMENTE ENTENDIDO E COMPUTADO COMO PERCENTUAL DE ÁGIO** a ser aplicado sobre o valor mínimo de retribuição mensal, conforme as fórmulas e diretrizes estipuladas no item 3.1.1 deste Termo de Referência.
 - **10.2.1.** O valor mínimo inicial de referência para a retribuição mensal da cessão de uso é de **R\$ 693,40 (seiscentos e noventa e três reais e quarenta centavos)**.
 - **10.2.2.** As licitantes deverão inserir suas propostas no sistema na forma de percentual, sabendo que a ferramenta lerá o dado como "desconto", mas a Administração adjudicará o objeto aplicando-o como **ÁGIO CRESCENTE**, sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o maior percentual numérico na sessão pública.
- **10.3. Intervalo Mínimo de Lances:** Para fins de celeridade e competitividade na sessão pública, o intervalo mínimo de diferença entre os lances sucessivos será de 0,10%, devendo o lance subsequente ser numericamente superior ao registrado anteriormente no sistema.
- **10.4. Critérios de Desempate:** Havendo empate estrito entre duas ou mais propostas após a fase de lances, e não sendo possível o desempate automático via disputa aberta, serão aplicados progressivamente os seguintes critérios de desempate, conforme o Art. 60 da Lei nº 14.133 /2021:
 - **I.** Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, mediante certidões e registros de penalidades no SICAF;
 - **II.** Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho (conforme relatório de transparência salarial regulamentar);
 - **III.** Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade (*compliance*), devidamente comprovado e instituído nos moldes do decreto federal regulamentador.
- **10.5. Sorteio Eletrônico Final:** Persistindo o empate mesmo após a aplicação dos critérios dispostos no item 10.4, o desempate definitivo ocorrerá obrigatoriamente por meio de Sorteio Eletrônico realizado de forma automática pelo próprio sistema Compras.gov.br.
- **10.6. Da Negociação de Condições Mais Vantajosas:** Definida a classificação final dos lances, o Pregoeiro/Agente de Contratação deverá realizar sessão de negociação via chat com a licitante classificada em primeiro lugar, visando a obtenção de um percentual numérico ainda maior para a Administração do 29º GAC AP, o qual será convertido em receita pública real por meio da fórmula de equivalência.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE GARCIA WEBER

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/07/2026 às 14:41:03.

AUGUSTO PEREIRA CHAVES

Chefe da Equipe de Planejamento

29 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

Estudo Técnico Preliminar 125/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64560.002804/2026-28

2. Descrição da necessidade**2. Vending Machines (máquinas dispensadoras automáticas de bebidas quentes, geladas e snacks)**

2.1. O 29º GAC AP busca implementar uma melhoria na infraestrutura de suporte ao bem-estar do seu efetivo, com foco prioritário na acessibilidade e no conforto de soldados e recrutas. Atualmente, a Organização Militar não dispõe de estruturas internas ativas de alimentação (como cantinas ou lanchonetes), o que restringe as alternativas de alimentação rápida dentro da OM, especialmente para o pessoal que cumpre jornadas de plantão, escalas de serviço ou que reside no aquartelamento (laranjeiras).

2.2. Diante desse cenário, identifica-se a oportunidade de viabilizar o acesso contínuo (24 horas) a alimentos rápidos, lanches e bebidas de forma prática e segura. O objetivo é assegurar a conveniência e a permanência do efetivo dentro do aquartelamento com opções de consumo imediato, elevando o padrão de atendimento social e a qualidade de vida da tropa, sem gerar qualquer custo de pessoal ou desvio de finalidade nas atividades da União.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
APROVISIONAMENTO	2º TEN AUGUSTO PEREIRA CHAVES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A futura contratação destina-se a empresário ou sociedade empresária para exploração de atividade comercial mercantil de alimentação em espaço público, com cobrança direta ao consumidor. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta e continuada, atendendo aos seguintes critérios:

- **Higiene:** Obediência estrita às normas sanitárias vigentes (ANVISA) para acondicionamento e conservação de alimentos.

- **Tecnologia de Pagamento:** Disponibilização de pagamento por cartões de crédito, débito e, obrigatoriamente, por aproximação (NFC) e Pix, sem qualquer acréscimo no valor final dos produtos ao consumidor.

Atendimento e Suporte: Manutenção de canal de comunicação ágil para suporte e garantia de preposto qualificado para reposição de estoques e resolução de falhas operacionais, assegurando o cumprimento da dinâmica de execução ininterrupta de 24 horas estabelecida no Termo de Referência.

- **Legislação:** Observância integral ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) e manutenção de regularidade jurídica/fiscal ao longo de toda a execução contratual para a assinatura do instrumento de Cessão de Uso.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foi realizado um levantamento de mercado por meio de análise de processos e editais similares na Administração Pública. Constatou-se que a cessão de área pública para operação automatizada é uma solução consagrada, eficiente e que atrai ampla concorrência:

- **Senado Federal (Proc. 001/2021):** Contratado: Matheus dos Santos Salandra. Objeto: Concessão de uso de área para exploração comercial de serviços de alimentação na modalidade de autoatendimento.
- **Hospital das Forças Armadas - HFA (Proc. 09/2021):** Contratado: The Machine Automação em Comércio de Produtos Alimentícios. Objeto: Cessão de uso de espaço físico, onerosa, de máquinas dispensadoras de bebidas e lanches.
- **Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (Proc. 04/2021):** Contratado: Gran Coffee Comércio, Locação e Serviços S.A. Objeto: Concessão de uso de áreas físicas destinadas à instalação de *vending machines*.
- **Ministério da Infraestrutura - SPOA (Proc. 03/2022):** Contratado: The Machine Group Automação em Comércio de Produtos Alimentícios. Objeto: Cessão de uso, a título oneroso, de área para exploração de alimentação por autoatendimento nos Edifícios Sede e Anexo em Brasília-DF.
- A pesquisa confirma que o mercado dispõe de ampla variedade de empresas especializadas e, por se tratar de objeto de natureza comum e padronizada, dispensa-se a realização de audiência pública.

5.2. Além dos precedentes identificados, a Equipe de Planejamento avaliou a viabilidade de instalação de uma cantina ou lanchonete convencional com atendimento humano. Todavia, tal alternativa mostrou-se desfavorável por exigir investimentos em obras de adequação de espaço físico, além de restrições naturais de horário de funcionamento por parte das empresas comerciais comuns (que dificilmente operam 24 horas por dia, 7 dias por semana). Portanto, o modelo de autoatendimento (*vending machines*) consolidou-se como a solução de mercado mais eficiente, célere e adequada à realidade logística e de segurança orgânica do 29º GAC AP.

6. Descrição da solução como um todo

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (COMPLETO)

- **6.1. Escopo Coletivo da Solução:** A solução consiste na cessão de uso, a título oneroso, de área pública de 11,70 m² nas dependências do 29º GAC AP, para a implantação e operação de um Espaço de Convivência e Autoatendimento Alimentar. A solução une o fornecimento automatizado de alimentos e bebidas à revitalização arquitetônica e mobiliária do nicho cedido, garantindo uma área de descompressão e apoio social para a tropa e visitantes.
- **6.2. Diretrizes do Projeto de Ambientação do Espaço:** Para evitar o aspecto visual degradante de equipamentos meramente encostados na parede, a solução exige a execução progressiva de um layout humanizado, subdividido em componentes estruturais e mobiliários a serem custeados integralmente pela CESSIONÁRIA:
 - **I. Fechamento Estrutural e Identidade Visual (Fase Inicial Obrigatória):** Instalação de porta de vidro temperado de 2 (duas) folhas para fechamento frontal do nicho, dotada de adesivação com listras horizontais nas cores vermelha e azul (em estrito cumprimento aos manuais de identidade visual do Exército Brasileiro). O painel de vidro deverá conter a aplicação centralizada do Brasão do EB, acompanhado da inscrição institucional "ESPAÇO HUMAITÁ", seguida nominalmente pelo nome comercial da concessionária vencedora (Exemplo: *Espaço Humaitá – Coffee Machine*);
 - **II. Luminotécnica e Revitalização Visual (Fase Inicial Obrigatória):** Substituição dos pontos de luz existentes por luminárias ou painéis embutidos de tecnologia LED, acompanhada da pintura e padronização estética das paredes de fundo do nicho;
 - **II. Mobiliário de Apoio e Convivência (Fase de Evolução Contínua):** Implantação de balcão de apoio linear em marcenaria náutica ou MDF naval com tratamento de alta resistência, banquetas altas de fixação mecânica ao solo, suporte para descarte seletivo de resíduos e pontos integrados de conveniência (como tomadas USB para recarga rápida de dispositivos móveis).
- **6.3. Operação, Manutenção e Abastecimento:** A CESSIONÁRIA terá autonomia para gerenciar o *mix* de equipamentos (limitado a 3 máquinas automáticas) e estoques, respondendo pela logística diária de reposição e higienização interna. Intercorrências técnicas nas máquinas de café/bebidas quentes devem obedecer ao SLA de correção em até 6 (seis) horas devido ao impacto na rotina da tropa.
- **6.4. Matriz de Amortização Financeira:** O valor efetivamente despendido pela CESSIONÁRIA na execução das benfeitorias obrigatórias (porta de vidro temperado de 2 folhas com adesivação regulamentar) e melhorias mobiliárias homologadas pela fiscalização militar será compensado mediante abatimento mensal na Guia de Recolhimento da União (GRU), estritamente limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade apurada na licitação. O investimento passará ao patrimônio definitivo da União ao término da cessão.
- **6.5. Restrições Contratuais:** Fica terminantemente proibida a comercialização de bebidas alcoólicas, produtos fumígenos/tabacaria e a veiculação de publicidades externas nas máquinas que não sejam estritamente vinculadas aos produtos vendidos. Os insumos para bebidas quentes (café em grãos, leite e achocolatado) e os descartáveis utilizados deverão observar critérios de qualidade e sustentabilidade ambiental.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades foram levantadas com base em estudos de consumo de outras organizações.

- **Quantitativo:** 03 (três) pontos de instalação delimitados a área de 11,70m² nas dependências do 29º GAC AP (Forte Humaitá).
- **Quantitativo de Equipamentos:** 03 (três) máquinas automáticas, do tipo vending machine, destinadas à comercialização de bebidas quentes, bebidas geladas e lanches (snacks).
- **Volume de Consumo Estimado:** Por se tratar de modelo de serviço inédito na Organização Militar, não há histórico de consumo local ou dados estatísticos pretéritos para cravar a quantidade exata de itens consumidos. Como parâmetro referencial de mercado para o dimensionamento da Cessionária, estima-se o atendimento potencial ao efetivo interno do aquartelamento (militares de serviço, residentes nas laranjeiras e público civil flutuante). A adequação e o redimensionamento dos pontos serão reavaliados pela fiscalização ao longo da execução contratual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 693,40

• 8.1 Valor da Cessão de uso

- **Valor da Contratação para a Administração:** R\$ 0,00 (Não gera ônus, despesa ou impacto financeiro-orçamentário para o erário, estando dispensada de dotação orçamentária).
- **Cálculo da Receita (Taxa de Ocupação):** O valor base mínimo (piso) a ser pago mensalmente pela Cessionária à União foi estabelecido em **R\$ 693,40 (seiscentos e noventa e três reais e quarenta centavos)**, conforme estipulado pelo Laudo de Avaliação confeccionado por Engenheiro Militar designado pelo Comando da AD/3.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Equipe de Planejamento concluiu pela inviabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto. A outorga integral dos pontos e do gerenciamento do abastecimento a

uma única empresa concessionária assegura a padronização do serviço, ganho de escala logística, simplificação dos atos de fiscalização contratual e evita conflitos operacionais no uso do Pavilhão do Almoxarifado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas necessidades de realização de contratações correlatas, acessórias ou interdependentes para a execução do objeto pretendido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação alinha-se diretamente às diretrizes de eficiência administrativa e otimização do uso de espaços públicos da Unidade. Por se tratar de concessão onerosa de uso voltada à exploração comercial por terceiros, a licitação não gera obrigações orçamentárias e atende plenamente ao interesse público de fornecer conveniência e bem-estar ao efetivo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO (COMPLETO)

• 12.1. Resultados Pretendidos com a Solução e Ambientação:

- **I. Disponibilização de Serviços:** Fornecimento de opções de alimentação rápidas e práticas nas dependências da Unidade, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- **II. Conforto e Bem-Estar:** Garantia de comodidade e acessibilidade, especialmente ao efetivo de soldados e recrutas que realizam plantões, escalas de serviço ou pernoitam no aquartelamento (laranjeiras).
- **III. Humanização do Ambiente Militar:** Transformar uma área subutilizada ou puramente operacional em um ponto de convivência acolhedor, estimulando a sociabilidade interna e a ergonomia de descanso.
- **IV. Estímulo ao Fluxo e Consumo Interno:** A transição de um layout frio de "máquinas na parede" para um conceito estruturado de "*Café Pocket*" gera retenção voluntária do público interno e eleva o faturamento da CONCESSIONÁRIA, convertendo-se indiretamente em lances de ágio mais competitivos para a União.
- **V. Preservação Patrimonial Sem Custo para a União:** Incorporar benfeitorias físicas definitivas e mobiliários modernos de alto padrão ao patrimônio do Forte Humaitá, custeados pela iniciativa privada por meio de compensação justa e escalonada sobre as receitas da outorga.
- **VI. Geração de Receitas:** Arrecadação de receitas públicas para o custeio indireto da infraestrutura do quartel via pagamento da taxa de ocupação mensal.
- **VII. Higiene Visual e Sanitária:** Mitigar o risco de acúmulo de sujidades ou desorganização estética de fiações e insumos expostos, padronizando a comunicação visual da atividade comercial dentro das regras de segurança orgânica do 29º GAC AP.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbram providências prévias ou medidas preparatórias complexas a serem tomadas pelo órgão, restringindo-se à demarcação e entrega dos pontos mapeados com a devida infraestrutura elétrica básica operacional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Para mitigar os impactos ambientais, a Cessionária deverá cumprir rigorosamente os critérios de sustentabilidade estabelecidos na legislação correlata e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis:

- Utilização de produtos de limpeza e higienização devidamente classificados e aprovados pela ANVISA.
- Adoção de medidas práticas de combate ao desperdício de água tratada.
- Utilização de equipamentos silenciosos dentro dos limites normativos de ruído urbano.
- Uso obrigatório de copos e misturadores biodegradáveis ou recicláveis nas máquinas de bebidas quentes.
- Orientação dos funcionários para a separação consciente de resíduos gerados na manutenção e destinação do lixo reciclável conforme as Normas Brasileiras (NBR) da ABNT.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- **15.1. Justificativa da Viabilidade (Parecer):** Esta Equipe de Planejamento declara a viabilidade integral da contratação. A solução confere alto benefício operacional à rotina do 29º GAC AP, promove a assistência social à base da tropa e assegura que o valor arrecadado pela cessão de área cubra as despesas indiretas do espaço utilizado pelos equipamentos.
- **15.2. Critério de Julgamento Nominal no Sistema:** O critério de julgamento da licitação será operacionalizado no portal Compras.gov.br sob a sistemática nominal de **MAIOR DESCONTO** em modo de disputa aberto. Essa modelagem decorre das limitações nativas da plataforma eletrônica oficial, que não dispõe de ferramenta própria para "Maior Oferta/Lance" em concessões e cessões onerosas de uso de bens públicos.
- **15.3. Dinâmica de Equivalência de Lances (Ágio Computado como Desconto):** Para viabilizar a disputa e garantir a obtenção da maior receita pública, o certame será parametrizado de modo que **cada percentual de lance inscrito como "desconto" pela licitante no sistema seja juridicamente computado como Percentual de Ágio Crescente**. O cálculo final do valor

real devido mensalmente pela outorga utilizará um multiplicador de escala (alavanca) fixado em 9,5 sobre o percentual cadastrado, partindo do piso avaliado de R\$ 693,40, conforme a fórmula matemática abaixo:

Valor Final Mensal = Valor Base (R\$ 693,40) + [9,5 X (Valor Base X Percentual de Ágio)]

- **Exemplo 1 (Ágio de 10% / 0,10):**

$R\$ 693,40 + [9,5 \times (693,40 \times 0,10)] = R\$ 693,40 + R\$ 658,73 = \mathbf{R\$ 1.352,13/mês.}$

- **Exemplo 2 (Ágio de 30% / 0,30):**

$R\$ 693,40 + [9,5 \times (693,40 \times 0,30)] = R\$ 693,40 + R\$ 1.976,19 = \mathbf{R\$ 2.669,59/mês.}$

- **Exemplo 3 (Ágio de 50% / 0,50):**

$R\$ 693,40 + [9,5 \times (693,40 \times 0,50)] = R\$ 693,40 + R\$ 3.293,65 = \mathbf{R\$ 3.987,05/mês.}$

15.4. Atualização e Penalidades: O valor final mensal contratado sofrerá reajuste anual com base na variação acumulada do IPCA/IBGE (ETP_160371... p. 6). Eventuais inadimplementos no pagamento superiores a 180 dias consecutivos ou 12 meses intercalados ensejarão a extinção contratual imediata por culpa exclusiva da CESSIONÁRIA.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE GARCIA WEBER

AUXILIAR ALMOXARIFE



Assinou eletronicamente em 01/07/2026 às 11:08:51.

MAURICIO AGERT DOS SANTOS

SALC

AUGUSTO PEREIRA CHAVES

Chefe da Equipe de Planejamento



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO
(4º Corpo Provisório de Artilharia/1868)
GRUPO HUMAITÁ**

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90009/2026
Processo administrativo nº: 64560.002804/2026-28**

CONTRATO DE CESSÃO DE USO Nº01/2026

**TERMO DE CONTRATO DE
CESSÃO DE USO SOB O
REGIME ONEROSO DE ÁREA
PÚBLICA QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO 29º GRUPO
DE ARTILHARIA DE
CAMPANHA
AUTOPROPULSADO, E A
EMPRESA (NOME DA
VENCEDORA)**

A **UNIÃO**, por intermédio do **29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO (29º GAC Ap)**, organização militar do Exército Brasileiro, situada na Rua Padre Francisco Pacheco, 100, Bairro de Fátima, na cidade de Cruz Alta/RS, CEP 98.030-450, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.572.399/0001-50, neste ato representada pelo seu Ordenador de Despesas, **Ten Cel GILDSON BORGES DA SILVA**, nomeado por ato legal publicado em boletim oficial, doravante denominada simplesmente **CEDENTE** (ou **CONTRATANTE**), e a empresa (**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**), inscrita no CNPJ sob o nº (Inscrito), sediada na (Endereço Completo), neste ato representada por seu (Cargo do Representante), Sr.(a) (Nome Completo), portador(a) do RG nº (Número) e CPF nº (Número), doravante denominada simplesmente **CESSIONÁRIA** (ou **CONTRATADA**), resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Concessão de Uso Onerosa, sujeitando-se às normas da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **Cessão de Uso, sob o regime oneroso**, de área pública total de **11,70 m²** (onze metros quadrados e setenta decímetros quadrados), dividida em 03 (três) pontos físicos estratégicos nas dependências do Forte Humaitá.

1.2. A área destina-se exclusivamente à instalação, abastecimento e operação ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana) de máquinas automáticas de conveniência (*vending machines*).

1.3. O Mix de Demandas abrange bebidas quentes, bebidas geladas e lanches (*snacks*), operado em conformidade com as especificações do Termo de Referência, do Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 (pp. 26-27).

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO, PAGAMENTO E SAZONALIDADE

3.1. Pela ocupação da área, a CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE o valor mensal líquido de **R\$ (Inserir Valor Vencedor)**, decorrente da aplicação do percentual de ágio homologado no certame sobre o valor base de R\$ 693,40.

3.2. Da Sazonalidade: Nos meses de **janeiro e fevereiro**, devido à redução do efetivo variável decorrente da baixa de conscritos (recrutas) no Forte Humaitá, será aplicado um **desconto fixo de 30% (trinta por cento)** sobre o valor mensal da outorga especificamente nestas duas competências.

3.3. Estão inclusas no valor da mensalidade as despesas ordinárias de consumo de água e energia elétrica decorrentes da execução e operação do objeto (conforme Laudo de Avaliação nº 05/2026-Cmdo AD/3).

3.4. O pagamento deverá ser efetuado impreterivelmente até o **10º (décimo) dia útil do mês subsequente** ao vencido, exclusivamente por meio de **Guia de Recolhimento da União (GRU)** emitida pela CEDENTE, ressalvados os abatimentos previstos no regime de contrapartidas de que trata a Cláusula Quarta.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE COOPERAÇÃO POR CONTRAPARTIDA E CRÉDITO PARA PEQUENOS REPAROS

4.1. Das Benfeitorias e do Regime de Cooperação: Em prol da melhoria da infraestrutura da Unidade, a CEDENTE e a CESSIONÁRIA poderão, **exclusivamente por mútuo acordo escrito**, converter parte do valor da outorga mensal devido em benfeitorias, obras, serviços e aquisição de equipamentos relacionados à manutenção geral da Organização Militar.

4.2. Regra Territorial:

- **4.2.1. Dentro do Perímetro do Espaço de Convivência (11,70 m²):** Qualquer uma das partes pode sugerir melhorias (incluindo o fechamento estrutural, identidade visual, luminotécnica e revitalização visual planejados), dependendo sempre de prévia autorização da Administração do 29º GAC Ap (pp. 26, 29).
- **4.2.2. Fora do Perímetro das Vending Machines:** A iniciativa e a sugestão de intervenções cabem **apenas à Administração do 29º GAC Ap**. É expressamente proibido à CESSIONÁRIA realizar obras ou intervenções nas demais dependências do quartel por conta própria.

4.3. Do Limite de Crédito e Regras de Abatimento: Fica instituído um modelo de crédito para pequenos reparos sujeito às seguintes travas e limites financeiros:

- **4.3.1. Teto Máximo Acumulado:** O valor total acumulado em aberto a ser compensado por benfeitorias nunca poderá ultrapassar o limite fixo de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** a qualquer tempo.
- **4.3.2. Limite de Desconto Mensal (Trava de 60%):** O desconto máximo permitido em razão de benfeitorias e contrapartidas é limitado a **60% (sessenta por cento)** do valor do aluguel/outorga vigente na respectiva competência.
 - **4.3.2.1.** Se o custo homologado da obra for menor ou igual a 60% da outorga mensal, o desconto ocorrerá integralmente em uma única competência.
 - **4.3.2.2.** Se o custo homologado da obra for maior que 60% da outorga mensal, o valor será parcelado: abate-se o limite de 60% no primeiro mês e o saldo restante é transferido para as faturas dos meses subsequentes,

observando-se rigorosamente a trava mensal de 60% e o teto global de R\$ 5.000,00.

- **4.3.3. Pagamento Mínimo Obrigatório da GRU (Trava de 40%):** A CESSIONÁRIA é obrigada a recolher mensalmente aos cofres públicos, no mínimo, **40% (quarenta por cento)** do valor integral da outorga vigente via GRU. Fica expressamente proibida a isenção total do pagamento da mensalidade, independentemente do saldo de crédito acumulado a receber pelas benfeitorias.

CLÁUSULA QUINTA – DO PROCEDIMENTO, DOCUMENTAÇÃO E INCORPORAÇÃO

5.1. Para que o valor investido na obra/reparo seja liberado para fins de abatimento na GRU, as seguintes etapas procedimentais devem ser cumpridas:

- **I. Aprovação Prévia:** As partes assinam orçamento detalhado e cronograma físico antes do início dos serviços.
- **II. Execução:** A CESSIONÁRIA executa o serviço sob sua inteira e exclusiva responsabilidade técnica, civil, fiscal e trabalhista.
- **III. Vistoria:** Após o término, o Fiscal do Contrato inspeciona as instalações e emite o Termo de Recebimento Definitivo.
- **IV. Comprovação Obrigatória:** A CESSIONÁRIA deve protocolar uma pasta de prestação de contas contendo documentos comprobatórios idôneos, incluindo **Notas Fiscais válidas**, recibos, folhas de especificação técnica dos materiais e registro fotográfico do "antes e depois" para justificar o valor exato investido.
- **V. Início do Abatimento:** Após a homologação jurídica e contábil dos documentos pelo Fiscal da Administração, o saldo é lançado para desconto em faturas, aplicando-se as regras de parcelamento dos subitens 4.3.2 e 4.3.3.

5.2. Incorporação ao Patrimônio e Renúncia a Indenizações: Após o desconto em fatura, as benfeitorias e melhorias estruturais incorporam-se imediatamente e definitivamente ao imóvel, passando a pertencer ao patrimônio da União. A CESSIONÁRIA renuncia expressamente ao direito de retenção, indenização, reembolso ou ressarcimento futuro além do abatimento mensal aqui pactuado.

5.3. Da Manutenção Ordinária: A CESSIONÁRIA é a única responsável pela manutenção preventiva e corretiva das benfeitorias por ela realizadas na área cedida, bem como pela conservação geral, higiene e segurança do espaço das *vending machines*, sem direito a novos descontos, créditos ou compensações financeiras para custos operacionais do dia a dia.

CLÁUSULA SEXTA – DO TABELAMENTO SOCIAL E MODICIDADE DE PREÇOS

6.1. Fica expressamente vedado à CESSIONÁRIA praticar preços de venda aos usuários finais superiores aos tetos estabelecidos nas tabelas institucionais do Termo de Referência (Anexo V do Edital), assegurando a modicidade em favor do efetivo militar e visitantes.

6.2. É proibido qualquer acréscimo, taxa ou valor mínimo sobre o preço final cobrado do usuário, independentemente do meio de pagamento escolhido (cartão, Pix ou espécie).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS E SLA

7.1. Garantir o abastecimento diário das máquinas e o controle de validade de todos os produtos do mix

7.2. SLA de Manutenção Corretiva Geral: Em caso de pane operacional, falta de insumos, travamento de cédulas/moedas ou intercorrências técnicas em **qualquer uma das máquinas automáticas (*vending machines*) do Espaço**, a CESSIONÁRIA deverá restabelecer o pleno funcionamento ou substituir o equipamento no prazo máximo e improrrogável de **6 (seis) horas**, contados do acionamento formal ou eletrônico efetuado pela fiscalização.

7.3. Executar, trimestralmente, o controle integrado de pragas urbanas (dedetização) no interior dos gabinetes das máquinas e repassar o comprovante técnico ao Fiscal do Contrato.

7.4. Fornecer mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, o relatório consolidado de transações emitido por sistema de telemetria em tempo real.

7.5. Credenciar previamente todo o pessoal técnico perante a 2ª Seção (Inteligência) da OM, fornecendo certidões de antecedentes criminais dos funcionários.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

8.1. É expressamente vedado à CESSIONÁRIA sublocar, ceder ou subcontratar a área ou a prestação dos serviços com terceiros

8.2. Comercializar qualquer tipo de produto ambulante ou fora do perímetro delimitado.

8.3. Vender bebidas alcoólicas, tabacaria, medicamentos ou substâncias que causem dependência.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações deste contrato sujeitará a CESSIONÁRIA às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como às multas parametrizadas no item 11.4 do Edital:

- **A. Multa de 0,5% a 15%** do valor contratual para falhas documentais ou recusa em atualizar propostas adequadas;
- **B. Multa de 15% a 30%** do valor contratual para fraudes, falsidades ideológicas ou recusa injustificada na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL E DESOCUPAÇÃO

10.1. O presente contrato será rescindido unilateralmente e imediatamente por culpa exclusiva da CESSIONÁRIA nas hipóteses de:

- **I.** Cobrança de valores acima dos tetos fixados pelo Tabelamento Social;
- **II.** Descumprimento do SLA de 6 horas para manutenção corretiva geral em **qualquer uma das máquinas automáticas** por mais de 3 (três) vezes;
- **III.** Execução de furações na alvenaria ou reformas elétricas/hidráulicas sem aprovação formal e escrita da OM;
- **IV.** Atraso no recolhimento da outorga mensal via GRU por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos ou intercalados dentro do mesmo ano fiscal.
- **10.2.** Decretada a extinção contratual, a CESSIONÁRIA terá o prazo improrrogável de **15 (quinze) dias corridos** para retirar seus equipamentos, deixando a área completamente limpa, sob pena de retenção administrativa dos bens pela OM.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Cruz Alta/RS para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução deste Contrato.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente instrumento em formato digital, que vai assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Cruz Alta/RS, ____ de _____ de 2026.

GILDSON BORGES DA SILVA - Ten Cel

Ordenador de Despesas do 29º GAC Ap

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)

Representante Legal da Empresa (CESSIONÁRIA)

Testemunhas:

BRUNO GIORDANO DO AMARAL POLL – Cap

Fiscal Administrativo do 29ºGAC Ap

EDMILSON SARAIVA MUNRÓ – Sub Ten

Chefe SALC do 29ºGAC Ap



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO
(4º Corpo Provisório de Artilharia/1868)
GRUPO HUMAITÁ**

**MODELO DE TERMO DE VISTORIA TÉCNICA
CESSÃO DE USO ONEROSA DE ÁREA PÚBLICA – VENDING MACHINES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026
Processo administrativo nº 64560.002804/2026-28**

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de direito e comprovação junto à Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) do **29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (29º GAC Ap)**, que a empresa abaixo qualificada, por intermédio de seu representante legal, realizou vistoria técnica, prévia nas dependências do Forte Humaitá, em Cruz Alta/RS.

A proponente tomou pleno conhecimento das condições locais, demarcações de área de 11,70 m², instalações elétricas básicas disponíveis e peculiaridades do nicho destinado à futura implantação do Espaço de Convivência e operação das máquinas automáticas (*vending machines*).

Dados da Empresa Licitante:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Nome do Representante Técnico/Legal: _____

RG: _____ CPF: _____

Cruz Alta/RS, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante da Empresa

Assinatura do Militar Responsável pelo Acompanhamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO
(4º Corpo Provisório de Artilharia/1868)
GRUPO HUMAITÁ

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

CESSÃO DE USO ONEROSA DE ÁREA PÚBLICA – VENDING MACHINES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

Processo administrativo nº 64560.002804/2026

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA TÉCNICA

A empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu
responsável técnico/legal ao final assinado, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

1. Optou por **NÃO REALIZAR** a vistoria técnica prévia nas dependências do 29º GAC Ap (Forte Humaitá).
2. Possui **pleno conhecimento** das condições, peculiaridades, infraestrutura, Mix de Demanda e riscos geográficos/operacionais que envolvem o local de execução do objeto da Cessão de Uso.
3. Assume, de forma exclusiva e integral, todo e qualquer ônus decorrente de eventuais erros cometidos em sua proposta comercial de ágio ou dificuldades logísticas na montagem e adaptação arquitetônica do espaço, não podendo alegar desconhecimento futuro das características do nicho para pleitear alterações contratuais.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cruz Alta, RS, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável Técnico / Legal da Licitante

Nome Completo:

CPF:

Cargo na Empresa:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO
(4º Corpo Provisório de Artilharia/1868)
GRUPO HUMAITÁ

NOTA TÉCNICA E RELATÓRIO DE PESQUISA

Processo administrativo: nº 64560.002804/2026-28

OBJETO: Justificativa Técnica para Padronização e Exclusividade de Marcas em Concessão de Uso de Área Pública (*Vending Machines*).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 40, § 1º, Inciso I, Art. 43, IV, e Art. 49 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. INTRODUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente relatório técnico visa compor os autos do processo licitatório em epígrafe, instruindo o Edital e seus anexos, para fins de **justificativa e comprovação formal da padronização e exclusividade das marcas de produtos** exigidas no Anexo V (Tabela Mestre).

1.2. A instrução atende rigorosamente aos ditames da **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, que autoriza a indicação e exigência de marcas específicas sob o prisma do princípio da eficiência, do planejamento e da melhor satisfação do interesse público:

- **Art. 40, § 1º, I:** Permite a indicação de marca como especificação de qualidade ou quando houver necessidade de assegurar a padronização do objeto;
- **Art. 43, IV:** Permite a indicação de marcas desde que formalmente justificada pela Administração;
- **Art. 49:** Consagra que a Administração poderá exigir marcas quando a escolha estiver respaldada em parâmetros técnicos e pesquisas que demonstrem a eficiência e aceitabilidade do produto junto aos beneficiários diretos.

2. METODOLOGIA E UNIVERSO AMOSTRAL

2.1. Com o objetivo de fundamentar e dar suporte técnico-científico à modelagem do edital, a Administração do 29º GAC Ap realizou uma enquête institucional de preferência de consumo entre os meses de **maio e junho do ano de 2025**.

2.2. O universo total da Organização Militar abrange um contingente superior a **300 (trezentos) militares e servidores**. A pesquisa obteve uma amostragem de **132 respostas válidas e individualizadas**, o que representa **mais de 40% do efetivo total da Unidade**, conferindo margem de confiança estatística e legal plenamente robusta e representativa para o nicho de mercado analisado.

3. ANÁLISE DOS DADOS E PREFERÊNCIAS SELECIONADAS (ANEXO V)

3.1. A análise detalhada dos formulários preenchidos pelo efetivo (pp. 1-2) demonstrou uma concentração absoluta de demanda em itens líderes de mercado. Esse comportamento justifica a restrição contra a entrega de marcas secundárias ou de qualidade inferior:

- **Bebidas Geladas:** Preferência massiva pela linha *The Coca-Cola Company* e *Ambev* (Coca-Cola, Guaraná Antarctica e Sprite), além da linha Del Valle para sucos frutais. A introdução de marcas genéricas resultaria em rejeição pelo público.
- **Chocolates e Doces:** Liderança incontestável de produtos tradicionais de alto giro (Kit-Kat, Snickers, Twix, M&M's e Bis Extra), essenciais para os regimes de pernoite e serviço.
- **Salgadinhos e Biscoitos:** Consolidação da linha *Pepsico/Elma Chips* (Doritos, Ruffles, Cheetos, Pringles) e biscoitos de alta penetração comercial (Oreo, Club Social).
- **Balas e Gomas:** Preferência concentrada na linha Trident, Halls e Mentos, focada no dinamismo da rotina militar.

4. JUSTIFICATIVA DO INTERESSE PÚBLICO E ECONOMICIDADE

4.1. Mitigação do Risco Contratual: A exigência de marcas exclusivas baseadas na pesquisa do consumidor garante a atratividade do ponto comercial. Marcas com menor aceitação gerariam quedas de vendas, aumentando o risco de falência da operação,

inadimplência das parcelas devidas ao quartel (via GRU) ou rescisão contratual precoce por desinteresse econômico da concessionária.

4.2. Modicidade e Controle de Preços: A fixação das marcas líderes permitiu aferir de forma precisa os preços de mercado da região de Cruz Alta/RS, blindando o **Tabelamento Social** de preços em tetos imutáveis que protegem o orçamento dos recrutas e militares de carreira contra flutuações abusivas.

4.3. Eficiência e Bem-Estar: O fornecimento dos itens escolhidos pelo próprio efetivo cumpre a finalidade pública de melhoria das condições de bem-estar e permanência dos militares de serviço no Forte Humaitá.

5. CONCLUSÃO E PARECER TÉCNICO

5.1. Diante do exposto, esta Seção de Aquisições, Licitações e Contratos declara a pesquisa realizada em 2025 como **elemento técnico de instrução obrigatória e vinculante**, idôneo para fundamentar a restrição de marcas do Anexo V, nos termos do Art. 40 e 43 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Encaminhe-se o presente relatório para juntada imediata aos autos do **Processo Administrativo nº 64560.002804/2026-28**, integrando o Termo de Referência como anexo instrutório para fins de submissão e análise da Consultoria Jurídica da União (CJU).

Cruz Alta/RS, 30 de junho de 2026.

EDMILSON SARAIVA MUNRÓ – Sub Ten
Chefe SALC do 29º GAC Ap



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO
(4º Corpo Provisório de Artilharia/1868)
GRUPO HUMAITÁ**

**RESULTADO DA ENQUETE INSTITUCIONAL
MAPA DE RANQUEAMENTO OFICIAL DE PREFERÊNCIA
MÁQUINAS DE AUTOATENDIMENTO**

REFERÊNCIA: Pesquisa de Opinião realizada com amostragem de 132 militares e servidores (universo de mais de 300 integrantes) do 29º GAC Ap no ano de 2025.

FINALIDADE: Justificativa técnica e legal para a padronização e exigência das marcas de fornecimento obrigatório e exclusivo no Espaço Humaitá (Art. 40, § 1º, I e Art. 43, IV da Lei nº 14.133/21).

CATEGORIA	POSIÇÃO	PRODUTO MARCA VINCULADA	VOTOS VÁLIDOS	PERCENTUAL (%)
REFRIGERANTE 1	1º	Coca-Cola (Lata 350 ml)	90	68,20%
REFRIGERANTE 1	2º	Guaraná Antarctica (Lata 350 ml)	28	21,20%
REFRIGERANTE 1	3º	Coca-Cola ZERO (Lata 350 ml)	10	7,60%
REFRIGERANTE 1	4º	Outros / Sem Resposta	4	3,00%
REFRIGERANTE 2	1º	Guaraná Antarctica (Lata 350 ml)	62	47,00%
REFRIGERANTE 2	2º	Coca-Cola ZERO (Lata 350 ml)	40	30,30%
REFRIGERANTE 2	3º	Sprite (Lata 350 ml)	20	15,10%
REFRIGERANTE 2	4º	Outros / Variados	10	7,60%
REFRIGERANTE 3	1º	Coca-Cola ZERO (Lata 350 ml)	55	41,70%
REFRIGERANTE 3	2º	Sprite (Lata 350 ml)	42	31,80%
REFRIGERANTE 3	3º	Fanta Uva (Lata 350 ml)	25	18,90%
REFRIGERANTE 3	4º	H2O / Outros	10	7,60%
REFRIGERANTE 4	1º	Sprite (Lata 350 ml)	58	43,90%
REFRIGERANTE 4	2º	Fanta Uva (Lata 350 ml)	48	36,40%
REFRIGERANTE 4	3º	H2O (Garrafa 500 ml)	18	13,60%
REFRIGERANTE 4	4º	Outros Sabores	8	6,10%
SUCOS	Suco 1	Del Valle Uva (Caixa 200 ml)	78	59,10%
SUCOS	Suco 2	Del Valle Laranja (Caixa 200 ml)	65	49,20%
SUCOS	Suco 3	Del Valle Pêssego (Caixa 200 ml)	72	54,50%
DOCES E CHOCOLATES	Doce 1	Kit-Kat (Sabores - 41,5 g)	85	64,40%
DOCES E CHOCOLATES	Doce 2	Snickers (45 g)	74	56,10%
DOCES E CHOCOLATES	Doce 3	Twix (40 g)	68	51,50%
DOCES E CHOCOLATES	Doce 4	M&M's ao Leite (148 g)	59	44,70%
DOCES E CHOCOLATES	Doce 5	Bis Extra (45 g)	55	41,70%
DOCES E CHOCOLATES	Doce 6	Barra de Chocolate Nestlé / Lacta (80 g)	48	36,40%
BISCOITOS	Biscoito 1	Oreo Original (90 g)	71	53,80%
BISCOITOS	Biscoito 2	Club Social Tradicional (144 g)	65	49,20%

BISCOITOS	Biscoito 3	Cookie com Gotas Bauducco (60 g)	54	40,90%
BISCOITOS	Biscoito 4	Teens Chocolate (30 g)	46	34,80%
BISCOITOS	Biscoito 5	Passa-Tempo / Trakinas (Tubo)	38	28,80%
SALGADINHOS E SNACKS	Salgado 1	Doritos Original (84 g)	79	59,80%
SALGADINHOS E SNACKS	Salgado 2	Ruffles Sal Tradicional (33 g)	72	54,50%
SALGADINHOS E SNACKS	Salgado 3	Cheetos Elma Chips (45 g)	61	46,20%
SALGADINHOS E SNACKS	Salgado 4	Amendoim Tipo Japonês Elma Chips (145 g)	55	41,70%
SALGADINHOS E SNACKS	Salgado 5	Pringles Original (104 g)	49	37,10%
SALGADINHOS E SNACKS	Salgado 6	Fandangos Milho / Torcida (Embalagem)	42	31,80%
BOLOS INDIVIDUAIS	Bolo 1	Bolinho Recheado Ana Maria (70 g)	88	66,70%
BOLOS INDIVIDUAIS	Bolo 2	Bolo Individual Bauducco (40 g)	44	33,30%
BALAS E CHICLETES	Bala 1	Goma de Mascar Trident (Sabores - 8 g)	92	69,70%
BALAS E CHICLETES	Bala 2	Pastilha Refrescante Halls (28 g)	78	59,10%
BALAS E CHICLETES	Bala 3	Pastilha Mastigável Mentos Mint (37,5 g)	64	48,50%
BALAS E CHICLETES	Bala 4	Bala de Gelatina Fini Tubes (15 g)	51	38,60%
BALAS E CHICLETES	Bala 5	Goma com Recheio Líquido Bubbalo (5 g)	40	30,30%

CERTIDÃO DE HOMOLOGAÇÃO DOS DADOS

Certifico para os devidos fins de instrução processual que a tabela acima reflete com fidelidade matemática e estatística os formulários eletrônicos coletados e auditados por esta Seção. Os dados técnicos aqui tabulados vinculam a proposta da licitante vencedora, vedando alterações injustificadas no mix de marcas durante toda a vigência contratual.

Cruz Alta/RS, 30 de junho de 2026.

BRUNO GIORDANO DO AMARAL POLL - Cap
Fiscal Administrativo do 29º GAC Ap

Compos de destaque	REFRIGERANTE 1	REFRIGERANTE 2	REFRIGERANTE 3	REFRIGERANTE 4	SUO 1	SUO 2	SUO 3	DOCE 1	DOCE 2	DOCE 3	DOCE 4	DOCE 5	DOCE 6	BISCOTAS 1	BISCOTAS 2	BISCOTAS 3	BISCOTO 4	BISCOTO 5	SALGADINHO 1	SALGADINHO 2	SALGADINHO 3	SALGADINHO 4	SALGADINHO 5	SALGADINHO 6	BULO 1	BULO 2	BALAS CHOCLETE 1	BALAS CHOCLETE 2	BALAS CHOCLETE 3	BALAS CHOCLETE 4	BALAS CHOCLETE 5	
13/06/2025 09:42:39	Coca cola	Guaraná	Sprite	Fanta uva	Del valle uva	Del valle pêssego	Del valle laranja	Secibars	Barra de chocolate	Sorrito de volta	Ki kat			Texas	Cookie bauckon	Oreo			Amendm japonês	Doritos	Cocacrisismo					Bauduco	Ana Maria	Fini	Fini	Fini	Fini	Fini
13/06/2025 09:43:39	Coca cola zero	Guaraná	Sprite	H2O	Laranja 100% suco	Del valle pêssego	Del valle laranja	Secibars	Texas																							
13/06/2025 09:43:49	Coca zero	Guaraná	Andarica zero	Fanta laranja			Del valle laranja	Del valle pêssego	Ki kat	Bis	M&M	Barra diamante negro																				
13/06/2025 09:57:05	Coca-Cola	Fanta uva	Sprite	Fanta laranja	Del Valle uva	Del Valle pêssego	Laranja 100% suco	Ki kat	Bombom cura branco	Barra de chocolate da Nestlé	Texas	Do extra	Barra de chocolate da Nestlé	Texas	Cookie Bauckon	Oreo	Negresco	Trabinas	Fandango	Doritos	Ruffles	Amendm crocante	Chewies	Cocacrisismo	Ana maria	Bauduco	Trident	Fini	Mentos	Gomets	India	
13/06/2025 10:07:05	Coca cola zero	Guaraná antártica	Sprite	H2O	Del Valle uva	Del Valle laranja	Del Valle pêssego	Secibars	Barra de chocolate lacta	M&M's	KiKat	Texas	Barra de chocolate lacta	Club social	Trabinas	Pasta tempo	Oreo	Cookie Bauckon	Doritos	Tostitos	Ruffles	Pingles	Pingo d'ouro	Amendm crocante	Ana Maria	Bauduco	Tribut de hortelã(Zero)	Halls de mentolcia	Mentos	Gomets	Fini	
13/06/2025 10:19:40	Coca zero	Guaraná Antártica	Fanta uva	H2O	Del Valle uva	Laranja	Del Valle pêssego	Do extra uva	Barra de chocolate lacta	Secibars	Barra de chocolate lacta	Barra de chocolate lacta	Barra de chocolate lacta	Texas	Trabinas	Pasta tempo	Club social	Doritos	Chewies	Pingles	Fandango	Gabitos	Ruffles	Ana Maria	Panco	Trident	Fini	Halls	Mentos	Gomets	Fini	
13/06/2025 10:04:36	Coca Zero	Guaraná Antártica	Sprite	Coca Cola					Barra de chocolate da Nestlé	KiKat	Secibars	Bombom cura branco		Oreo	Bauduco	Trabinas	Club Social	Tostitos	Doritos	Fandango	Ruffles	Amendm Crocante			Bauduco	Ana Maria	Trident	Halls	Gomets			
13/06/2025 10:05:42	Coca cola	Fanta uva	Coca zero	Sprite	Del valle uva	Del valle pêssego	Del valle laranja	Do extra branco	Ki kat	Texas	Do extra	M & M	Sorrito de volta	Texas	Oreo	Trabinas	Pasta tempo	Club social	Fandango	Doritos	Chewies	Ruffles	Fandango	Fandango	Panco	Ana Maria	Fini	Gomets	Mentos	Trident	Halls	
13/06/2025 10:07:30	Coca cola	H2O	Energético	Laranja	Uva			Barra de chocolate lacta	Sorrito de volta					Trabinas	Oreo					Fandango					Doritos	Ana maria	Chewies		Bala	Trident		
13/06/2025 10:09:40	uma	Fanta laranja	Trist	Del valle uva	Del valle laranja	Del valle pêssego	Ki kat	mentos	Nova	Bis	Sorrito de volta	Sorrito de chocolate	am	Walcir	Cookie	Pasta tempo	mentos	Bonitos	Chewies	Ruffles	Tostitos	celofitas	Chewies tipo	Bauduco	Barra de chocolate	Bala	gominas	India	mentos	Fini	gominas	
13/06/2025 10:03:05	uma cola zero	Fanta uva	H2O	Del valle uva	Del valle laranja	Del valle pêssego	Barra de chocolate da Nestlé	Ki kat	Bis extra	chocolate lacta	mentos	chocolate lacta	mentos	Doritos	Pasta tempo	club social	mentos	Doritos	Fandango	Chewies	Tostitos	torradas	ruffles	Bauduco	Ana Maria	Bala	Fini	mentos	torradas	gominas		
13/06/2025 10:04:10	Fanta uva	Sprite	Guaraná antártica	Coca cola	Del valle uva	Del valle pêssego	Del valle laranja	Barra de chocolate lacta	KiKat	Sorrito de volta	com branco	Barra de chocolate lacta	mentos	Trabinas	Cookie Bauckon	mentos labada	torradas labada	club social	amendm crocante	Cocacrisismo	Chewies	Fandango	torradas	ruffles	Bauduco	Ana maria	Gomets	Landflor	Gomets	mentos	Gomets	
13/06/2025 10:07:40	Coca cola zero			Del valle uva				Bombom sorrito de volta						Trabinas					Chewies						Panco	Trident						
13/06/2025 10:07:40	Coca cola	Fanta uva	Doritos	Sorrito de volta	Guaraná	Barra de chocolate	Guaraná	Barra de chocolate	Guaraná	Barra de chocolate lacta	Texas	Bis	Club social	Pasta tempo	Cookie Bauckon	Oreo	Trabinas	Fandango	Doritos	Chewies	Ruffles	Tostitos	Amendm crocante	Ana Maria	Panco	Halls	Trident	Mentos	Gomets	Fini		
13/06/2025 10:17:39	Coca cola zero	H2O	Guaraná antártica	Sprite	Del valle uva	Del valle laranja	Laranja 100% suco	Secibars	Barra de chocolate da Nestlé	Do extra	M&M's	Ki kat	Oreo	Club social	Pasta tempo	Club Social	Trabinas	Fandango	Doritos	Tostitos	Chewies	Amendm crocante			Bauduco	Panco	Trident	Mentos	Gomets	Fini	Halls	
13/06/2025 10:19:40		S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
14/06/2025 09:09:00	Coca-cola-zero	Coca-cola	Sprite	Guaraná	Laranja	Laranja 100%	Del valle	Bombom cura branco	Bis extra	Sorrito de volta	M&M's	Ki kat	Secibars	Texas	Oreo	Trabinas	Pasta tempo	Fandango	Doritos	Chewies	Ruffles	Torraditas	Torrida	Ana maria	Panco	Bauduco	Halls	Mentos	Gomets	Trident		
14/06/2025 09:07:40	coca-cola zero	H2O	guaraná zero	energético montez	suco natural sem açúcar	chocolate 60%																										
14/06/2025 09:09:07	Pingo	Coca-Cola	Guaraná	Sprite	Laranja 100%	Del Valle uva	Del Valle laranja	Ki kat	Secibars	Bis extra	Barra de chocolate Nestlé	Texas	M&M's	Texas	Oreo	Trabinas	Club social	Pasta tempo	Fandango	Doritos	Ruffles	Tostitos	Amendm crocante	Chewies	Ana Maria	Panco	Halls	Mentos	Trident	Gomets	Fini	
14/06/2025 09:40:00	Coca-cola-zero	Pingo black	Fanta uva	Fanta laranja	Del Valle laranja	Del Valle uva	Del Valle pêssego	M&M's	Bombom sorrito de volta	Bombom Fernet Rocher	Barra de chocolate Nestlé	Barra de chocolate lacta	Pingpon	Oreo	Trabinas	Pasta tempo	Cookie Bauckon	Club social	Doritos						Bauduco	Panco	Mentos	Trident				
14/06/2025 10:09:40	Coca	Coca zero	H2O	Fanta uva	Del valle uva	Del valle manga	Del valle laranja	Ki kat	Bombom sorrito de volta	Bis extra	Barra de chocolate Lacta	Barra chocolate da Nestlé	Texas	Oreo	Trabinas	Pasta tempo	Cookie Bauckon	Texas	Doritos	Ruffles	Pingles	Fandango	Tostitos	Cocacrisismo	Ana maria	Bauduco	Halls	Trident	Mentos	Fini	Gomets	
14/06/2025 10:10:30	Coca	Fanta uva	Pingo de laranja	Sprite	Del Valle laranja	Del Valle laranja	Del Valle pêssego	Secibars	Texas	Barra de chocolate	Lacta	Bis	Ki kat	Oreo	Texas	Pasta tempo	Trabinas	Club social	Fandango	Doritos	Ruffles	Chewies	Amendm	Torraditas	Bauduco	Ana Maria	Fini	Halls	Trident	Gomets	Mentos	
14/06/2025 10:17:39	uma cola	guaraná antártica	fanta uva	sprite	laranja	del valle uva	del valle pêssego	ki kat	bombom	lacta	m&m	sem	pingo tempo	trabinas	cookie	mentos	club social	de laranja	mentos	amendm	fandango	chewies	gominas	ana maria	bauduco	celof	bar	mentos	torradas	halls		
14/06/2025 11:16:00	Coca-Cola	Guaraná antártica	Sprite	Coca-Cola ZERO	Del Valle pêssego	Del Valle laranja	Ki kat	Secibars	Bombom	Texas	M&M's	Barra de chocolate Lacta	Oreo	Trabinas	Texas	Club social	Cookie Bauckon	Doritos	Ruffles	Amendm crocante	Fandango	Chewies	Cocacrisismo	Ana Maria	Bauduco	Fini	Halls	Trident	Mentos	Baldi		
14/06/2025 10:03:40	Coca-cola, guaraná	Coca-cola, uva	Sprite, H2O, e outros	Uva	Del Valle, pêssego	Laranja, uva e pêssego	Laranja 100% suco	Ki kat	com branco,barra de choco	com branco,barra de choco	do lacta,Nestlé e Landflor	Barra de chocolate, ki	Barra Nestlé	Cookie	Tempo	Club social	Club social	Texas	Fandango	Cocacrisismo	Doritos	Fandango	Cocante	Amendm	Panco	Ana Maria	Doritos	Halls	Gomets	Mentos	Trident	
14/06/2025 10:00:30	Coca-Cola	Fanta uva	Sprite	H2O	Del Valle laranja	Del Valle laranja	Laranja 100% suco	Do extra	Texas	Secibars	Chewies Nestlé	Sorrito de volta	Cookie Bauckon	Oreo	Club Social	Trabinas	Pasta Tempo	Fandango	Chewies	Ruffles	Tostitos	Doritos	Amendm	Bauduco	Panco	Halls	Trident	Mentos	Gomets			



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA ARTILHARIA DIVISIONÁRIA/3
(5ª Bda Art/1915)
ARTILHARIA DIVISIONÁRIA BRIGADEIRO GURJÃO**

LAUDO DE AVALIAÇÃO Nr 05/2026-Cmdo AD/3

VENDING MACHINE DO 29º GAC AP, CRUZ ALTA / RS



ÁREA DA VENDING MACHINE DO 29º GAC AP: 11,70 m²

PARCELA DO IMÓVEL RS 03-0044

VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DE USO = R\$ 693,40/mês

(VALOR JÁ CONSIDERANDO OS GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA)

- Junho de 2026 -

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL – RESUMO

Endereço do imóvel RUA PADRE FRANCISCO PACHECO, Nº100, BAIRRO DE FÁTIMA, CIDADE DE CRUZ ALTA/RS			
Cidade CRUZ ALTA	UF RS		
Objetivo da Avaliação AVALIAÇÃO DO VALOR PARA CESSÃO DE USO PARA ATIVIDADE DE APOIO – VENDING MACHINE			
Finalidade da Avaliação FORNECER AO 29º GAC AP O VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DO USO DO IMÓVEL.			
Solicitante e/ou interessado “MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO – 29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO”			
Proprietário “MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO”			
Tipo de Imóvel VENDING MACHINE		Área do Imóvel (m²) 11,70	
Metodologia MÉTODO COMPARATIVOD IRETO DE DADOS DE MERCADO			
Pressupostos e Ressalvas O EMPREENDIMENTO ENCONTRA-SE EM MERCADO RESTRITO, OU SEJA, INTERNO À ORGANIZAÇÃO MILITAR.		Especificação (fundamentação/precisão) GRAU II / GRAU III	
VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DE USO R\$ 693,40/mês			
Valor Mínimo: R\$ 652,72 /mês	Valor Médio: R\$ 693,40/mês	Valor Máximo: R\$ 736,62/mês	
Nome do Responsável Técnico OSMAR VIEIRA OZELAME FILHO	CPF 013.843.540-50	Formação do RT ENG. CIVIL	CREA do RT RS 201.759

Assinatura do Responsável Técnico

Cruz Alta, 15 de Junho de 2026.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA ARTILHARIA DIVISIONÁRIA/3
(5ª Bda Art/1915)
ARTILHARIA DIVISIONÁRIA BRIGADEIRO GURJÃO**

**Laudo de Avaliação
Nr 05/2026**

LAUDO DE AVALIAÇÃO de parcela do imóvel RS 03-0044, referente à VENDING MACHINE do 29º GAC AP, localizada na Rua Padre Francisco Pacheco, nº100, Bairro de Fátima., cidade de Cruz/RS, jurisdicionado ao Exército Brasileiro, com área de 11,70 m².

1. IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado
Rua Padre Francisco Pacheco, Nº100, Bairro de Fátima, Cruz Alta/RS
Cep.: 98025-124 / Tel.: (55) 3020-0127.

2. FINALIDADE DO LAUDO

Fornecer ao 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado o valor mensal para a Cessão de Uso de parcela do imóvel RS 03-0044, correspondente à Vending Machine do 29º GAC AP, com área de 11,70 m².

3. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

O objetivo da avaliação é calcular os valores mínimo, médio e máximo para o preço mensal de Cessão de Uso para a parcela do imóvel em questão, através de modelos matemáticos de **inferência estatística** com base na comparação com outros imóveis que apresentarem similaridade com a parcela a ser avaliada.

4. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES.

O Caixa Eletrônico do 29º GAC AP constitui uma Atividade de Apoio que visa prestar o serviço bancários aos integrantes da referida OM. Por este motivo, considera-se que o supracitado empreendimento se encontra em **mercado restrito**, ou seja, oferece seus serviços apenas no interior do aquartelamento, não podendo inserir-se no mercado externo ao 29º GAC AP. Por este motivo, não foi classificado em nenhuma das atividades

descritas no item 5.1.2, alínea a), da ABNT NBR 14.653-4, o qual cita as atividades classificadas como empreendimento de base imobiliária.

Conforme prevê a Associação Brasileira de Normas Técnicas, os casos que não se enquadrarem na NBR 14.653-4 deverão observar os aspectos descritos nos itens 8.2.3.1 a 8.2.3.4 da ABNT NBR 14.653-2.

O imóvel encontra-se em condições de utilização imediata. No acesso ao imóvel existem sistemas com pavimentação asfáltica, rede elétrica, iluminação pública, correio domiciliar, rede de água e esgoto, rede telefônica, transporte público, dentre outros.

O laudo apresenta todas as condições limitativas impostas pela metodologia empregada que afetam as análises, opiniões e suas conclusões. O valor da Cessão de Uso foi determinado através do método comparativo direto através amostras de outras unidades do Exército no Rio Grande do Sul que possuem Terminais Bancários, dados coletados por diversos canais de comunicação de modo direto com as Organizações Militares. Para avaliar as semelhanças entre as cidades e estabelecer comparações, foi analisada a área do imóvel, o índice de desenvolvimento humano municipal, o número de habitantes do município, o produto interno bruto e o tipo de instalação da vending machine. Após a coleta de dados foi utilizado o software SISDea da Pelli Sistemas Engenharia.

O avaliador elaborou o laudo por si e ninguém mais, a não ser o avaliador, que preparou as análises e as respectivas conclusões. O laudo foi elaborado com estrita observância dos postulados constantes do Código de Ética Profissional. Consideramos que o imóvel possui documentação regularizada, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, em condições de ser imediatamente comercializado.



Figura 01 – Local da implantação da vending machine do 29º GAC AP (FONTE: Própria).

5. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL AVALIANDO

5.1 PROPRIETÁRIO

União Federal por força do Título de Propriedade, jurisdicionado ao Exército Brasileiro, de acordo com a documentação do imóvel fornecida pelo 29º GAC AP (ANEXO I).

5.2 LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

Parcela de 11,70 m², do imóvel RS 03-0044, a qual corresponde a uma sala destinada à atividade de caixa eletrônico para atender ao público interno do 29º GAC AP.

A área destinada para a vending machine compreende a parcela destacada da Figura 2.



Figura 2 – Parcela do imóvel RS 03-0044 (parcela em amarelo). (Fonte: OPUS consulta:12/05/2026)

6. DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

O presente trabalho foi elaborado de acordo com as normas abaixo descritas:

- NBR 14.653-1/2019 - Avaliação de Bens. Parte 1: Procedimentos Gerais.
- NBR 14.653-2/2011 - Avaliação de Bens. Parte 2: Imóveis Urbanos.
- NBR 14.653-4/2002 – Avaliação de Bens. Parte 4: Empreendimentos.

Instrução Normativa da Secretaria do Patrimônio da União, IN/SPU/ME N° 98, de 06 de março de 2025.

Dispõe sobre

as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse.

7. METODOLOGIA UTILIZADA

O presente laudo utilizou o **método comparativo direto de dados de mercado** que, conforme a NBR 14.653-2, "consiste em se compor uma amostra representativa de dados de mercado de imóveis com características, tanto quanto possível, semelhantes às do avaliando, usando-se toda a evidência disponível".

7.1 Planejamento da pesquisa

Para a avaliação de espaços cedidos a colocação de terminais Bancários, buscou-se por dados nas unidades do Exército, formando um conjunto de imóveis com características semelhantes ao avaliado, dados coletados diretamente com as Organizações Militares que possuem esse tipo de contrato de cessão de uso.

7.2 Identificação das variáveis do modelo

Foram analisadas as seguintes variáveis, como possíveis formadoras do “preço de locação”:

Variável Dependente:

VALOR UNITÁRIO – Variável quantitativa que indica o valor mensal por metro quadrado de área dos imóveis. Os valores totais mensais dos imóveis foram obtidos de Laudos de Cessões de Uso anteriores, onde o valor de cada amostra coletada foi atualizado pelo IPCA (Anexo II), e posteriormente convertido em valor unitário.

Variáveis Independentes:

ÁREA (A) – Variável quantitativa que representa a área total da sala/espço em metros quadrados;

TIPO (B) – Variável qualitativa, onde 1 seria terminal bancário do tipo alocado em espaço destinado para tal uso.

IDHM (C) – Variável quantitativa que representa o Índice de Desenvolvimento Humano em cada município;

Nº HABITANTES (D) – Variável quantitativa que representa o Número de Habitantes de cada município; e

PIB (E) – Variável quantitativa que representa o Produto Interno Bruto.

A variável **A** e **B** se mostraram suficientes e significativas no processo de modelagem estatística.

7.3 Levantamento de dados de mercado

A coleta de dados de mercado obteve 15 (quinze) imóveis do tipo sala ou espaço destinado à alocação de terminais bancários (dados obtidos de Laudos de Cessão de Uso anteriores) como formadores da amostra (vide Anexo II) e 12 (doze) amostras foram utilizadas.

7.4 Meios utilizados nos cálculos do valor final da avaliação

Para a confecção desta avaliação, foi utilizado o programa de avaliação de imóveis SISDea, devidamente registrado. Tal software utiliza o sistema de regressão linear múltipla por meio de inferência estatística.

8. PESQUISA DE VALORES E TRATAMENTO DE DADOS

Para cálculo do valor mensal da Cessão de Uso empregou-se o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, levado a efeito segundo a metodologia geral de pesquisa, visando atingir um maior grau de objetividade.

Eleita a metodologia avaliativa, desenvolveu-se estudo comparativo através de inferências estatísticas com abrangência bastante ampla, compreendendo quatro fases, analiticamente identificadas:

- Estabelecimento do âmbito do levantamento de dados de mercado para constituir a amostra;
- Determinação da amostra e seleção das variáveis correlacionadas com os valores de locação mensal;
- Estimativa da função de regressão e teste de hipóteses sobre o modelo inferido;
- Predição dos valores mínimo, médio e máximo do imóvel avaliando, em vista de seus atributos.

8.1 Amostragem

Os imóveis pesquisados para compor a amostra de dados de mercado foram coletados em outras unidades do Exército Brasileiro no Rio Grande do Sul, que cedem a área para a alocação de terminais bancários, totalizando um valor de 15 (quinze) registros selecionados de VALORES DE LOCAÇÃO de imóveis tipo ESPAÇO PARA A ACOMODAÇÃO DE VENDING MACHINE. As referidas pesquisas permitiram a identificação de atributos que poderiam influenciar na formação do valor de cada imóvel, foi utilizado a área ocupada e o tipo de alocação do terminal bancário.

9. INFERÊNCIAS:

9.1 Modelos

Os imóveis No Anexo II é apresentado ao final o resumo das amostras e um total de 15 (quinze) imóveis pesquisados com as características e atributos dos dados levantados, os testes (Relatório Estatístico) e o exame do comportamento das variáveis selecionadas.

Das pesquisas desenvolvidas sobre o comportamento das variáveis que influenciam na formação dos valores dos terminais bancários despontaram representativas, quando cotejadas com as demais, área total e o tipo de alocação, com a seguinte equação:

Equação de regressão/Função estimativa (mediana)

$\text{Valor Total} = +580,0838685 * e^{(+0,0006086497806 * \text{Área}^2)} * e^{(+0,175360038 * \text{Tipo})}$

9.2 Tratamento dos dados

No tratamento estatístico buscou-se a convicção do valor de mercado de outras áreas cedidas à alocação de terminais bancários, explicando as variações dos valores obtidos no mercado, através do ajustamento de uma EQUAÇÃO DE REGRESSÃO com parâmetros que possuem significância comprovada.

Dessa forma, como apresentado no ANEXO III, identificou-se um modelo matemático de homogeneização entre os dados observados, mediante metodologia de pesquisa científica, utilizando-se o método dos mínimos quadrados para obtenção de estimativas não-tendenciosas dos parâmetros.

A função de REGRESSÃO MÚLTIPLA obtida pelo SISDea foi submetida aos testes usuais e pode ser considerada um modelo estatístico que permite a predição interpolativa, com as verificações a seguir.

9.3 Análise de correlação

O objetivo da análise de correlação é verificar o grau de relação entre a variável explicada e as variáveis explicativas, formadoras de valor.

Esta análise deu-se através do cálculo do coeficiente de correlação que expressa o grau em que estas variáveis estão relacionadas entre si.

Os coeficientes de correlação parcial entre as variáveis estão apresentados no ANEXO III.

O relacionamento entre as variáveis pode ser classificado de acordo com o coeficiente de correlação em:

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO	
VALOR	CORRELAÇÃO
$R = 0$	Nula
$0 < R = 0,39$	Fraca
$0,40 < R < 0,69$	Média
$0,70 < R < 0,89$	Forte
$0,90 < R < 1$	Fortíssima
$ R = 1$	Perfeita

No presente trabalho, foi obtido para coeficiente de correlação da Equação de Regressão o valor de $R=0,98$ e $R=0,99$, enquadrados como Correlação Fortíssima, conforme apresentado no relatório do SISDea.

9.4 Coeficiente de determinação

Calcula-se ainda o coeficiente de determinação, que é dado por R^2 e significa a percentagem do valor da avaliação que é explicada pela equação ajustada da regressão. Isto acontece devido ao fato de que este coeficiente sempre cresce com o aumento do número de variáveis independentes e não leva em conta o número de graus de liberdade perdidos a cada parâmetro estimado.

No presente trabalho, foi obtido para coeficiente de determinação, $R^2= 0,98$. O modelo adotado responde por 98% da formação do valor de oferta dos imóveis pesquisados. Outras variáveis podem influenciar os valores como imprecisões, vícios de informações, bem como perturbações aleatórias.

9.5 Significância dos regressores

Trata-se de parâmetro de importância fundamental na análise de regressão. Através do nível de significância dos regressores podemos concluir se uma variável estudada como formadora de valor é importante ou não na formação do valor de avaliação.

No presente caso foram obtidas as seguintes significâncias, conforme apresentado no relatório do SISDea:

SIGNIFICÂNCIA

Variáveis	Transf.	t Obs.	Sig.(%)
Area	x^2	8,24	0,00
Tipo	x	1,20	26,13
Valor Total	$\ln(y)$	38,75	0,00

9.6 Análise de variância

A hipótese da equação de regressão não ser representativa é estudada através da análise de variância, dentro de uma probabilidade máxima de não existência da regressão de 1%.

A análise de variância é realizada, via teste de hipótese, utilizando-se a distribuição de Fisher-Snedecor (Anexo III).

Valor de ρ (+ ou -)	Interpretação
0.00 a 0.19	Uma correlação bem fraca
0.20 a 0.39	Uma correlação fraca
0.40 a 0.69	Uma correlação moderada
0.70 a 0.89	Uma correlação forte
0.90 a 1.00	Uma correlação muito forte

No presente caso, o valor de F calculado, conforme apresentado no relatório do SISDea, foi de

FCALC = 119,28 (com nível de significância de 0,00%).

9.7 Análise da multicolinearidade

A existência de relação linear exata entre as variáveis independentes constitui a chamada multicolinearidade que provoca perturbações no modelo, podendo invalidar os resultados. O indício mais claro da existência da multicolinearidade é o R^2 , o que não acontece em nosso modelo ($R^2 = 0,94$).

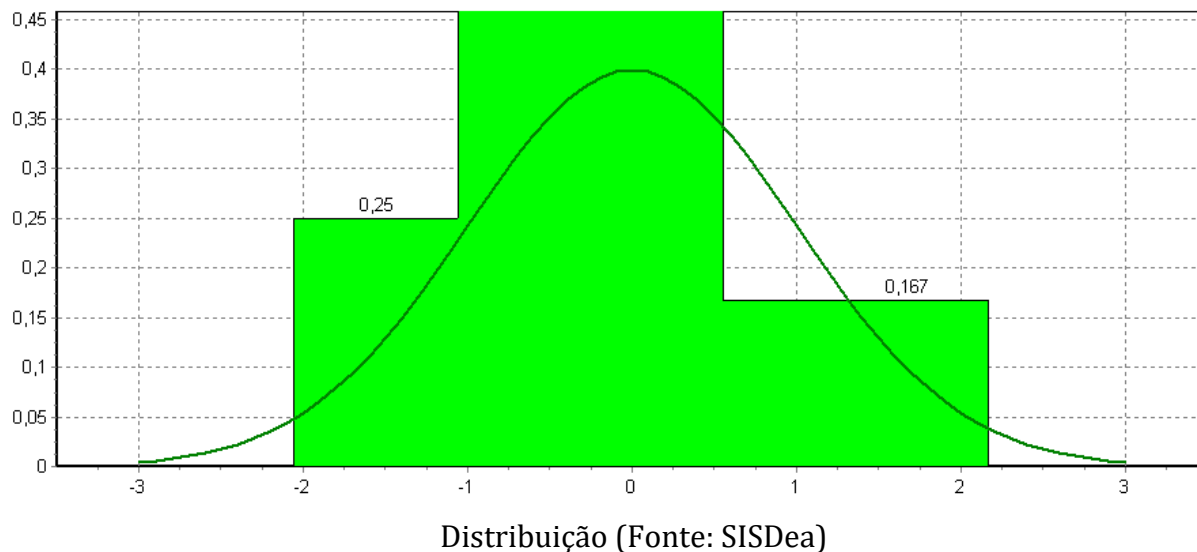
9.8 Análise de homoscedasticidade

A hipótese de variância constante dos resíduos (homocedasticidade) é fundamental, pois toda a teoria é baseada nesta condição. Esta hipótese foi verificada através de análise do Gráfico de resíduos - Regressão Linear (ANEXO III) e constatou-se que a variância dos resíduos é constante, ou seja, os pontos estão espalhados sem nenhum desenho definido.

9.9 Normalidade dos resíduos

A distribuição dos resíduos obtida pelo SISDea e apresentada na tabela de Normalização dos Resíduos (ANEXO III) está semelhante a curva normal, o que torna o resultado aceitável sobre este aspecto.

O gráfico e a tabela ilustram os resultados obtidos no SISDea, que demonstram a adequação da distribuição dos resíduos obtida no SISDea (66% - 91% - 100%).



10. Análise do campo de arbítrio:

O campo de arbítrio corresponde à semiampitude de 6% em torno da estimativa pontual adotada.

Em nosso modelo o campo de arbítrio obtido através do SISDea. Conforme Anexo III.

11. ESPECIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Na especificação da avaliação será determinado o grau de fundamentação e de precisão do modelo utilizado. Serão utilizados os procedimentos indicados no item 9.2.1 da NBR 14653-2:2004.

11.1.1 Caracterização do imóvel avaliando:

Completa quanto a todas as variáveis analisadas.

Pontuação: 3

11.1.2 Quantidade mínima de dados de mercado, efetivamente utilizados:

Na amostra de ESPAÇO PARA VENDING MACHINE, foram coletados 15 dados de mercado, e foram efetivamente utilizados 12 dados na avaliação. Sabe-se que no modelo considerado há 2 variáveis independentes ($k=2$), desta forma temos que $4.(k+1) = 12$ dados de mercado necessários para o grau II.

Pontuação: 2

11.1.3 Identificação dos dados de mercado:

Foram apresentadas informações relativas aos dados e variáveis efetivamente utilizados no modelo, sendo sem foto.

Pontuação: 2

11.1.4 Extrapolação:

Não admitida.

Pontuação: 3

11.1.5 Nível de significância α máximo para a rejeição da hipótese nula de cada regressor:

Conforme os resultados obtidos, a porcentagem ficou abaixo do limite de 10%.

Pontuação: 3

11.1.6 Nível de significância máximo admitido nos demais testes estatísticos realizados:

Para a amostra de sala, conforme os resultados obtidos no programa utilizado, as porcentagens ficaram dentro dos 1%.

Pontuação: 3

11.1.7 Enquadramento do laudo segundo a fundamentação para utilização de modelo de regressão linear:

Para o enquadramento do laudo segundo o seu grau de fundamentação no caso de utilização de modelos de regressão linear, foram obtidos **16 pontos** para o grau de fundamentação.

De acordo com a tabela 2, no item 9.2.1.6.1 da norma, temos que a pontuação atingida corresponde ao GRAU II, entretanto, segundo os requisitos obrigatórios representados nesta mesma tabela, teremos que o referido Laudo deverá ser classificado como **GRAU II de Fundamentação**.

11.1.8 Grau de precisão para modelo de regressão linear:

A amplitude do intervalo de confiança de 80% em torno do valor central da estimativa ficou abaixo dos 30%. Desta forma, foi obtido o **GRAU II** para a estimativa do valor no caso de utilização de modelos de regressão linear.

12. VALOR TOTAL AVALIADO

<p>VALOR TOTAL DO IMÓVEL: R\$ 693,40</p>

13. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E DATA DE REFERÊNCIA:

Grau de fundamentação obtido: **III**;

Grau de precisão para regressão linear obtido: **II**;

Valor total do imóvel: **R\$ 693,40** (seiscentos e noventa e três e quarenta centavos).

Data de referência: **12 de junho de 2026**.

Validade do Laudo: 12 (doze) meses.

14. QUALIFICAÇÃO LEGAL COMPLETA DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO:

2º TEN OTT OSMAR VIEIRA OZELAME FILHO – Engenheiro Civil, CREA RS 201.759. Engenheiro Avaliador capacitado para realizar avaliações de imóveis da União jurisdicionados ao Comando do Exército.


15. ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO IMÓVEL AVALIANDO

16. ANEXO II – RELATÓRIO DE DADOS

17. ANEXO III – ANÁLISE DE INFERÊNCIA ESTATÍSTICA

18. ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL AVALIANDO

Cruz Alta, RS, 11 de Junho de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **OSMAR VIEIRA OZELAME FILHO**
Data: 18/06/2026 08:13:15-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

OSMAR VIEIRA OZELAME FILHO – 2º TEN

Engº Civil - CREA RS 201.759

Avaliador de Imóveis da União

ANEXO I

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO IMÓVEL AVALIANDO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO E LOCALIZAÇÃO

FACHADA



INTERIOR



MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA VENDING MACHINE



ANEXO II

RELATÓRIO DE DADOS

AMOSTRA	OM	CIDADE	ÁREA (M ²)	VALOR TOTAL (R\$)
1	3º R C MEC	BAGÉ - RS	2,00	R\$ 564,94
2	4º RCB	SÃO LUIZ GONZAGA - RS	3,00	R\$ 619,41
3	6º RCB	ALEGRETE - RS	3,00	R\$ 716,12
4	8º B Log	PORTO ALEGRE - RS	2,25	R\$ 714,88
5	18º BI Mtz	SAPUCAIA DO SUL - RS	4,00	R\$ 666,13
6	19º BI Mtz	SÃO LEOPOLDO - RS	12,22	R\$ 901,63
7	29º BIB	SANTA MARIA - RS	3,00	R\$ 463,98
8	CMSM	SANTA MARIA - RS	5,00	R\$ 612,64
9	EASA	CRUZ ALTA - RS	2,50	R\$ 742,20
10	PqRMnt/3	SANTA MARIA - RS	4,00	R\$ 868,75
11	3º GAA Ae	CAXIAS DO SUL - RS	6,83	R\$ 411,69
12	5º R C Mec	QUARAÍ - RS	2,00	R\$ 809,82
13	3ª RM	PORTO ALEGRE - RS	48,14	R\$ 3.436,79
14	3ª RM	PORTO ALEGRE - RS	48,27	R\$ 3.343,39
15	3º B E Cmb	CACHEIRA DO SUL - RS	42,55	R\$ 1.320,21

ANEXO III

ANÁLISE DE INFERÊNCIA ESTÁTICA

1) INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Autor:	2º Ten Ozelame
Modelo:	Vending Machine
Data do modelo:	segunda-feira, 15 de junho de 2026
Tipologia:	Lojas

2) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Variáveis e dados do modelo	Quant.
Total de variáveis:	3
Variáveis utilizadas no modelo:	3
Total de dados:	15
Dados utilizados no modelo:	12

3) DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS:

Nome	Tipo	Classificação	Descrição da varável	Habilitada
Área	Numérica	Quantitativa		Sim
Tipo	Numérica	Qualitativa (Códigos Alocados)		Sim
Valor Total	Numérica	Dependente		Sim

4) ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS:

Nome da variável	Valor Mínimo	Valor Máximo	Amplitude	Valor Médio
Área	2,00	48,27	46,27	11,37
Tipo	1,00	2,00	1,00	1,25
Valor Total	564,94	3.436,79	2.871,85	1.166,39

5) COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO, DETERMINAÇÃO E ESTATÍSTICA F:

Estatísticas do modelo	Estatística
Coeficiente de correlação:	0,9816541 / 0,9964790
Coeficiente de determinação:	0,9636448
Fisher - Snedecor:	119,28
Significância do modelo (%):	0,00

6) NORMALIDADE DOS RESÍDUOS:

Distribuição dos resíduos	Curva Normal	Modelo
Resíduos situados entre -1σ e $+1\sigma$	68%	66%

Relatórios Estatísticos – Regressão Linear

Resíduos situados entre $-1,64\sigma$ e $+1,64\sigma$	90%	91%
Resíduos situados entre $-1,96\sigma$ e $+1,96\sigma$	95%	100%

7) OUTLIERS DO MODELO DE REGRESSÃO:

Quantidade de outliers:	0
% de outliers:	0,00%

8) ANÁLISE DA VARIÂNCIA:

Fonte de variação	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Quadrado Médio	F
Explicada	4,103	2	2,052	119,279
Não Explicada	0,155	9	0,017	
Total	4,258	11		

9) EQUAÇÃO DE REGRESSÃO:

$\ln(\text{Valor Total}) = +6,363172694 + 0,0006086497806 * \text{Área}^2 + 0,175360038 * \text{Tipo}$

- FUNÇÃO ESTIMATIVA (moda):**

$\text{Valor Total} = +570,1919808 * e^{(+0,0006086497806 * \text{Área}^2)} * e^{(+0,175360038 * \text{Tipo})}$

- FUNÇÃO ESTIMATIVA (mediana):**

$\text{Valor Total} = +580,0838685 * e^{(+0,0006086497806 * \text{Área}^2)} * e^{(+0,175360038 * \text{Tipo})}$

- FUNÇÃO ESTIMATIVA (média):**

$\text{Valor Total} = +585,0939804 * e^{(+0,0006086497806 * \text{Área}^2)} * e^{(+0,175360038 * \text{Tipo})}$

10) TESTES DE HIPÓTESES (significância dos regressores):

Variáveis	Transf.	t Obs.	Sig.(%)
Área	x^2	8,24	0,00
Tipo	x	1,20	26,13
Valor Total	$\ln(y)$	38,75	0,00

11) CORRELAÇÕES PARCIAIS ISOLADAS:

Variável	Alias	x1	x2	y
Área	x1	0,00	0,80	0,98
Tipo	x2	0,80	0,00	0,83
Valor Total	y	0,98	0,83	0,00

12) CORRELAÇÕES PARCIAIS INFLUÊNCIA:

Variável	Alias	x1	x2	y
Área	x1	0,00	0,09	0,94
Tipo	x2	0,09	0,00	0,37
Valor Total	y	0,94	0,37	0,00

13) TABELA DE RESÍDUOS DA REGRESSÃO E DISTANCIA DE COOK

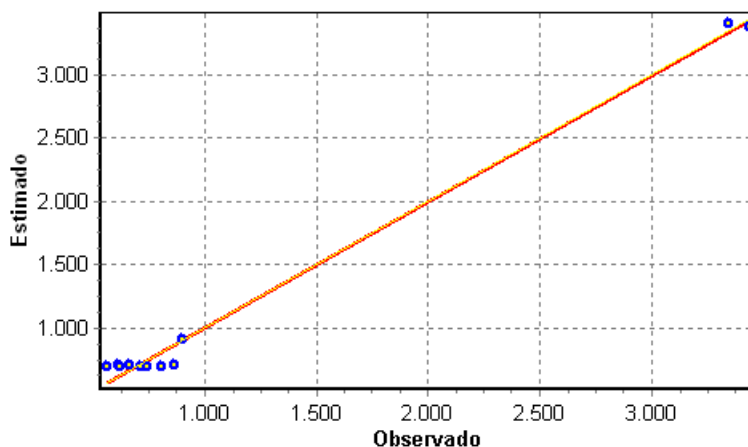
Dado	Observado	Estimado	Resíduo	Resíduo (%)	Resíduo / DP	DCook
1	6,34	6,54	-0,20	-3,2232%	-1,557394	0,11371100
2	6,43	6,54	-0,12	-1,7926%	-0,878732	0,03619600
3	6,57	6,54	0,03	0,4539%	0,227509	0,00242600
4	6,57	6,54	0,03	0,4641%	0,232568	0,00253600
5	6,50	6,55	-0,05	-0,7196%	-0,356746	0,00596600
6	6,80	6,80	0,00	-0,0085%	-0,004401	611,48044600
8	6,42	6,55	-0,14	-2,1187%	-1,036785	0,05042500
9	6,61	6,54	0,07	1,0179%	0,513026	0,01233800
10	6,77	6,55	0,22	3,2331%	1,668235	0,13046800
12	6,70	6,54	0,16	2,3271%	1,188319	0,06620200
13	8,14	8,12	0,02	0,2196%	0,136329	0,01217700
14	8,11	8,13	-0,02	-0,2132%	-0,131927	0,01180500

14) TABELA DE FUNDAMENTAÇÃO - NBR 14653-2

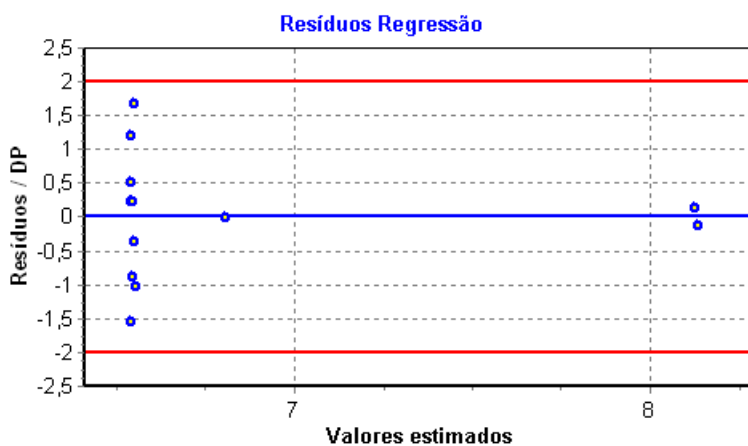
Item	Descrição	Grau III	Grau II	Grau I	Pontos obtidos
1	Caracterização do imóvel avaliando	Completa quanto a todas as variáveis analisadas	Completa quanto às variáveis utilizadas no modelo	Adoção de situação paradigma	
2	Quantidade mínima de dados de mercado, efetivamente utilizados	6 (k+1), onde k é o número de variáveis independentes	4 (k+1), onde k é o número de variáveis independentes	3 (k+1), onde k é o número de variáveis independentes	2
3	Identificação dos dados de mercado	Apresentação de informações relativas a todos os dados e variáveis analisados na modelagem, com foto e características conferidas pelo autor do laudo	Apresentação de informações relativas a todos os dados e variáveis analisados na modelagem	Apresentação de informações relativas aos dados e variáveis efetivamente utilizados no modelo	
4	Extrapolação	Não admitida	Admitida para apenas uma variável, desde que: a) as medidas das características do imóvel avaliando não sejam superiores a 100% do limite amostral superior, nem inferiores à metade do limite amostral inferior, b) o valor estimado não ultrapasse 15% do valor calculado no limite da fronteira amostral, para a referida variável	Admitida, desde que: a) as medidas das características do imóvel avaliando não sejam superiores a 100 % do limite amostral superior, nem inferiores à metade do limite amostral inferior; b) o valor estimado não ultrapasse 20 % do valor calculado no limite da fronteira amostral, para as referidas variáveis, de per si e simultaneamente, e em módulo	
5	Nível de significância (somatório do valor das duas caudas) máximo para a rejeição da hipótese nula de cada regressor (teste bicaudal)	10%	20%	30%	1
6	Nível de significância máximo admitido para a rejeição da hipótese nula do modelo através do teste F de Snedecor	1%	2%	5%	3

15) **GRÁFICOS DE ADERÊNCIA E DE RESÍDUOS DA REGRESSÃO:**

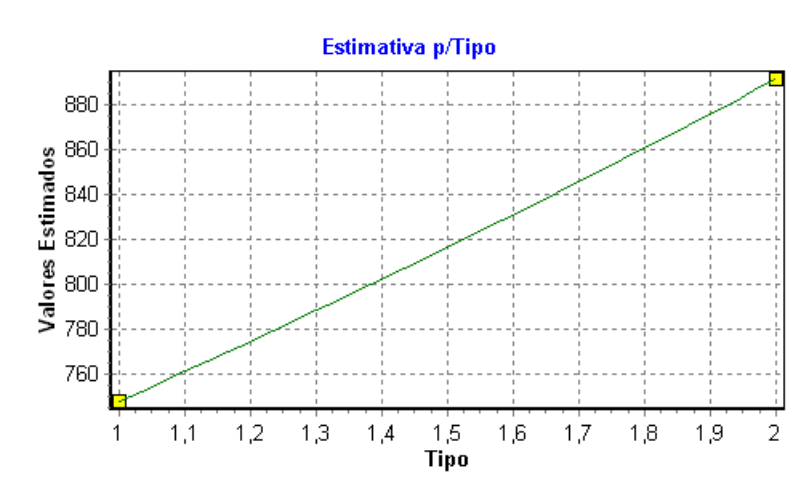
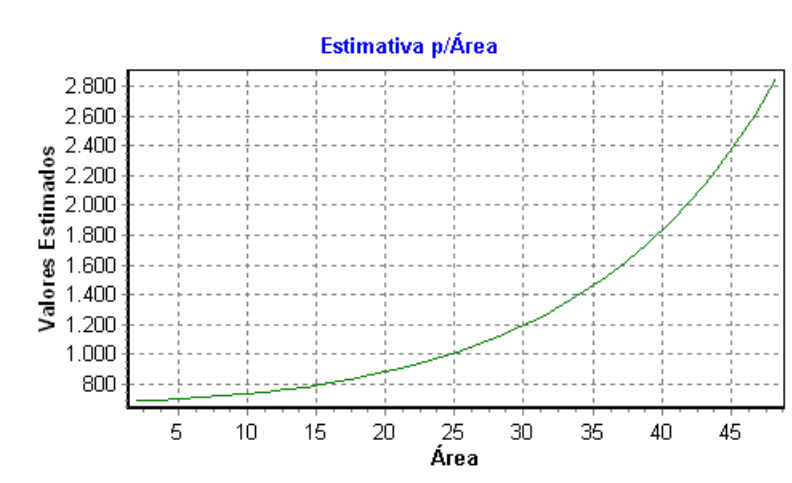
Aderência Observado x Estimado - Regressão Linear na forma direta



Resíduos da Regressão Linear



16) GRÁFICOS DE ELASTICIDADE DA FUNÇÃO NO PONTO MÉDIO:



17) TABELA DE DADOS - AMOSTRA:

Variáveis Texto:

Variáveis Numéricas:

ID	Desabilitado	Área	Tipo	Valor Total
1		2,00	1,00	564,94
2		3,00	1,00	619,41
3		3,00	1,00	716,12
4		2,25	1,00	714,88
5		4,00	1,00	666,13
6		12,22	2,00	901,63
7	*	3,00	1,00	463,98
8		5,00	1,00	612,64
9		2,50	1,00	742,20
10		4,00	1,00	868,75
11	*	6,83	1,00	411,69
12		2,00	1,00	809,82
13		48,14	2,00	3.436,79
14		48,27	2,00	3.343,39
15	*	42,55	2,00	1.320,21

18) ESTIMATIVAS DE VALORES:

●Imóvel avaliando 1:

Estimativa	Moda	Mediana	Média	Amplitude	Grau de Precisão
Valor Mínimo	641,59	652,72	658,36	5,87%	
Valor Médio	681,58	693,40	699,39	-	III
Valor Máximo	724,06	736,62	742,99	6,23%	

Dados do imóvel avaliando:

Variável	Conteúdo	Extrapolção
Área	11,70	Não
Tipo	1,00	Não

ANEXO IV

DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL AVALIANDO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO
4º Corpo Provisório de Artilharia/1868
GRUPO HUMAITÁ

TERMO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

1. INTRODUÇÃO

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2024 e com base na situação patrimonial, publicada no Boletim Especial nº 001, de 20 de dezembro de 2024; e, examinando os aspectos documentais e físico do imóvel cadastrado sob o nº 03-0044, distribuído a esta OM, constatei o seguinte:

a. Endereço, Limites e Área

1) Endereço: Rua Padre Francisco Pacheco, nº 100, Bairro de Fátima, cidade de Cruz Alta, município de Cruz Alta, estado do Rio Grande do Sul;

2) IMÓVEL RS 03-0044;

3) Área do imóvel: 954.024,21 m², sendo que: 986,00 m², foram doados para a Prefeitura Municipal, para revitalização das vias de acesso ao 29º GAC AP e Monumento de Fátima. Área atual do imóvel: 953.038,21 m²;

4) Área ocupada pela OM (atual do imóvel): 954.024.21 m²;

5) Limites: A Oeste confronta-se com a Rua Padre Francisco Pacheco e segue no sentido Sul- Norte até o loteamento de Nossa Senhora de Fátima e no Sentido Oeste-Leste sobre o córrego Concórdia até a estrada Frederico Brum; no sentido Leste-Sudoeste confronta-se com as divisa com os bairros Vila Rica, Bonini II e Jardim América; no sentido Leste-Oeste confronta-se com os terrenos de propriedade dos Sr Rudi Alfredo Muller, Sr Otacilio de Castro Marisco, Sr Geremias da Silva Santos, Sr Erico Ramos Bonaldi, Sra Senilda Kogler e o Edifício Santorini, até a Rua Francisco Borges do Canto e estrada de ferro América Latina Logística (Cruz Alta-RS/Passo Fundo-RS).

b. Documentação Básica

TÍTULO DE TRANSFERÊNCIA (TT): Imóvel adquirido mediante compra feita pela FAZENDA NACIONAL junto ao Sr Carlos Voigt e sua esposa Sra Emilia Voigt, conforme Escritura Pública de compra e venda, lavrada em 1º de abril de 1910, à fl 50 do livro Nr 59 do pelo Notário

Ricardo Vidal, da cidade de Cruz Alta - RS, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS, sob nº 3.072, às fls 24 do livro 3-J.

TÍTULO DE PROPRIEDADE (TP): Registro Nr 3.072, de 2 de abril de 1910, do cartório de Registro Público de Cruz Alta - RS, as fls 23/24 do livro Nr 3-J.

TERMO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DE IMÓVEL DA UNIÃO PARA O MINISTÉRIO DA DEFESA-EXÉRCITO BRASILEIRO (TER): Livro TE-RS nº 01 folha 48, de 27 de julho de 2006- Processo nº 04902.000678/2004-11.

c. Documentação Complementar

1) Plano Diretor contendo - PDOM (Arquivado na Fisc Adm):

- Planta do Imóvel e de Situação – Data de Edição: 15 AGO 2006;

- Memorial descritivo; e

- Quadro resumo do memorial descritivo.

2) Termo de Exame, Recebimento e Entrega de Obras-TEREO

Existe e estão arquivados na Fiscalização Administrativa, datado da forma a seguir:

- 13 MAIO 09 - Termo de Exame, Recebimento e Entrega de Obras (TEREO) da obra Construção do Posto Central de Combustível (PCA) (Boletim Regional nº 015, de 15 Abr 09);

- 20 AGO 09 - Termo de Exame. Recebimento e Entrega de Obras (TEREO) da obra de Construção de um Pavilhão Garagem de Viaturas Blindada M 109 (Boletim Regional nº 035, de 27 Ago 09); e

- 5 DEZ 17 - Termo de Exame, Recebimento e Entrega de Obras (TEREO), da obra de construção de pavimentação do pátio de manobras para as viaturas blindadas M109 do Grupo Humaitá.

d. Destinação

1) Uso em Finalidade Militar:

O imóvel está destinado ao uso como organização militar.

2) Uso em Finalidade Complementar

a) CESSÃO DE USO: ALFAIATARIA E VENDA DE ARTIGOS MILITARES

(1) Área Cedida: 35 m²;



(2) Número da cessão de uso: 05/2019;

(3) Nome: VALDECI RAPACHI – CNPJ: 026336690001-46;

(4) Início e término da vigência do contrato: 26 FEV 24 a 25 FEV 25;

(5) Valor mensal: R\$ 912,55 (novecentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos).

b) CESSÃO DE USO: BARBEARIA

(1) Área Cedida: 14,40 m²;

(2) Situação: OCUPADA

(3) Nome: DYONATHAM ROCHA DA SILVA – CNPJ: 51.422.058/0001-64

(4) Início e término da vigência do contrato: 16 JAN 25 a 16 JAN 26

(5) Valor mensal: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

c) CESSÃO DE USO: TERMINAL DE AUTO ATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL

(1) Área Cedida: 1,4 m²;

(2) Número da cessão de uso: 06/2019;

(3) Nome: BANCO DO BRASIL SA - CNPJ: 000000000/0001-91;

(4) Início e término da vigência do contrato: 11 MAIO 24 a 11 MAIO 25; e

(5) Valor mensal: R\$ 415,51 (quatrocentos e quinze reais e cinquenta e um centavos).

e. Benfeitorias (numeração das instalações de acordo com o Plano Diretor da OM e identificado com o código de cadastro do OPUS).

1) Instalações Administrativas

01 - Pavilhão Comando e Administrativo (RS030044B0058), com pavimento superior na parte central e norte, com 2.057,77 m³, onde estão instaladas as repartições do Estado-

Maiores da OM, cadeia para Cb/Sd, Corpo da Guarda, Alojamento da Guarda, do Oficial de Dia, do Adjunto, do Cmt da Guarda e Cassino dos Oficiais (cozinha e refeitório). Seção de Comunicação Social. Na parte superior encontra-se o alojamento dos oficiais, Salão Nobre, Espaço Cultural, Gabinete do Cmt e Sub Cmt;

07 - Um Pavilhão (RS030044B0065) Alojamento Sd EV BC, com 495,70 m² (tal alojamento era ocupado anteriormente pelos Cb/Sd EP 2º BO);

08 - Um Pavilhão (RS030044B0064) Alojamento Sd EV 1ª BO, com área de 480,46 m²;

09 - Um Pavilhão (RS030044B0082) Cassino de Of/ST/Sg, Sala da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, Sala de Operações e 3ª Seção, com 495,05 m²;

10 - Um Pavilhão (RS030044B0079) com área de 469,93 m² ocupado pelo Auditório Cinema da Unidade, Secretaria, e Seção de Informática;

11 - Um Pavilhão (RS030044B0104) Alojamento Sd EV 2º BO, com área de 465,26 m²;

13 - Um Pavilhão (RS030044B0074) com área de 474,26 m², destinado à sala do PelOpEs, PC e Sargenteação BC, Alojamento Sd EP BC e Sala de Musculação;

14 - Um Pavilhão (RS030044B0075) destinado ao PC e Sargenteação da 1ª BO, Alojamento de Cabos da BC e 1ª BO e Aloj Of Subalternos do Grupo, com área de 493,61 m²;

15 - Um Pavilhão (RS030044B0103) com área de 475,15 m², ocupado pelo Almocharifado;

16 - Um Pavilhão (RS030044B0057) com área de 470,68 m², ocupado pelas Seção de Topografia do Grupo e Armaria Centralizada;

17 - Um Pavilhão (RS030044B0090) destinado ao Alojamento de Cb/Sd, PC e Sargenteação, tudo da 2ª BO, com área de 472,34 m²;

19 - Um Pavilhão (RS030044B0088) destinado ao uso por Permissionários Civis, Aloj S Ten/1º Sgt/2º Sgt do Grupo, Seção de Comunicações e Central de Tiro do Grupo, com 752,10 m²;

20 - Um Pavilhão (RS030044B0092) com área de 1.033,83 m², ocupado pelo Rancho dos Cb/Sd, Depósito de Gêneros, Câmara Fria, Cozinha, Padaria;

25 - Um Pavilhão (RS030044B0091) Alojamento de Capitães (EM), Alojamento 3º Sgt masculino e Alojamento 3º Sgt feminino, com área de 262,85 m²;

26 - Um Pavilhão (RS030044B0093) com área de 888,84 m², ocupado pela Enfermaria (tal pavilhão encontra-se com status "a demolir");

27 - Um Pavilhão (RS030044B0107) com área de 264,66 m² (Demolido ~~antiga~~
Reserva de Material da 1ª BO);

28 - Um Pavilhão (RS030044B0109) com área de 263,92 m², ocupado pela Reserva
de Material das 1ª e 2ª BO;

33 - Um Pavilhão (RS030044B0066) com área de 267,63 m², (Demolido – antiga
Reserva de Material da 2ª BO);

34 - Um Pavilhão (RS030044B0105) com área de 263,92 m², ocupado pela Reserva
da BC;

41 - Um Paiol de Munição e Explosivos (RS030044B0069), lado sul, com área de
46,37 m²;

42 - Um Paiol de Munição e Explosivos (RS030044B0067), lado norte, com área de
85,78 m²;

45 - Um Pavilhão (RS030044B0102) com área de 263,06 m², ocupado pelo Serviços
Gerais;

46 - Um Pavilhão (RS030044B0101) com área de 538,66 m², ocupado pela garagem
da BC;

47 - Um Posto de Lavagem e Lubrificação da BC (RS03004480053), área de 81,20
m²;

48 - Um Pavilhão (RS030044B0076) com área de 513,20 m², ocupado pela garagem
das 1ª e 2ª BO.

49 - Um Posto de lavagem e lubrificação da 2ª BO (RS030044B0042), com área de
49,00 m²;

51 - Posto de Lavagem e lubrificação da BCAD/3 (RS030044B0030), com 34,63 m²;

52 - Um Pavilhão (RS030044B0089) com área de 497,20 m², Garagem Blindados
M113;

53 - Um Pavilhão (RS030044B0077) com área de 266,02 m², destinado a depósito;

56 - Um Pavilhão (RS030044B0068), com 318,31 m², destinado a depósito;

57 - Um Pavilhão (RS030044B0072) com área de 422,47 m², ocupado pela Oficina
Mecânica;

58 - Um Pavilhão (RS030044B0080) com área de 424,54 m², ocupado pela Seção de
Instrução de Blindados, Setor de Pintura e Carpintaria do Grupo e Oficina Mecânica da BCAD/3;

59 - Um Pavilhão (RS030044B0063) com área de 345,42 m², ocupado pela Banda de Música da AD/3;

60 - Um Estande de Tiro de Pistola (RS030044B0097) com área de 242,89 m²;

70 - Um Pavilhão Recreativo "Galpão Crioulo" (RS030044B0084) com área de 168,21 m²;

71 - Um Pavilhão de Instrução (RS030044B0085) com área de 48,29 m²;

80 - Passadiços de ligação entre pavilhões (RS030044B0033), com área de 755,86 m²;

81 - Rampa de Lavagem e Lubrificação 4 (RS030044B0031), ao lado da garagem Vtr M 113, com área de 34,63 m²;

82 - Garagem VBC O AP das 1ª e 2ª BO (RS030044B0073) com área de 792,16 m²;

84 - Um Pavilhão Recreativo "Galpão Crioulo" (RS030044B0060) com área de 120,60 m²; e

85 - Posto Central de Combustível (PCA) (RS030044B0139) com área de 365,00 m².

2) Instalações Esportivas

06 - Uma Pista de treinamento em circuito (RS030044B0040), com 416,85 m²;

22 - Um Campo de futebol (RS030044B0035) e pista de atletismo (RS030044B0051) com área total de 11.070,64 m²;

23 - Uma Quadra de Esportes 1 (basquete) (RS030044B0048) com área de 624,75 m²;

24 - Uma Quadra de Esportes 2 (tênis) (RS030044B0044) de asfalto com área de 597,76 m²;

55 - Uma Pista de Pentatlo Militar (RS030044B0041), com área de 2.466,05 m²;

72 - Uma Pista de Treinamento em Circuito (RS030044B0027) da BCAD/3, com área de 414,02 m²;

73 - Um Campo de Futebol 2 (RS030044B0029), ao lado da PTC BCAD/3, com área de 4.088,00 m²;

74 - Um Campo de Futebol 3 (RS030044B0049), ao lado PTC BCAD/3, com área de 4.088,00 m²;

75 - Uma Quadra de Voleibol (RS030044B0025) com área de 172,00 m²;

76 - Uma Quadra de Voleibol 2 (RS030044B0043), ao lado do pavilhão da Banda, com área de 172,00 m²;

77 - Um Campo de Futebol (RS030044B0024) com área de 2.053,80 m²;

78 - Um Campo de Futebol (RS030044B0047) com área de 2.053,80 m²;

79 - Ginásio de Esportes (RS030044B0023) com área de 1.253,13 m²; e

83 - Um Campo de Futebol 5 (RS030044B0045), atrás do PNR S Ten/Sgt, com área de 2.745,00 m².

3) Próprios Nacionais Residenciais

05 - Dois Próprios Nacionais Residenciais para S Ten/Sgt, sendo estes em um só prédio (RS030044C0113 e RS030044C0118) - Construção Geminada - ao lado do 29º GAC AP, com área de 298,70 m²;

61 - Um Próprio Nacional Residencial para Oficiais (RS030044C0112) com área de 160,49 m²;

62 - Um Próprio Nacional Residencial para Oficiais (RS030044C0114) com área de 160,49 m²;

63 - Um Próprio Nacional Residencial para Oficiais (RS030044C0111) com área de 160,49 m²; e

65 - Uma instalação que antigamente servia como Próprio Nacional Residencial para cabos e soldados e que hoje se encontra desocupada (RS030044C0110), com área de 108,86 m².

4) Outras

02 - Guarita sudoeste - PTC (RS03004480094) com área de 1,44 m²;

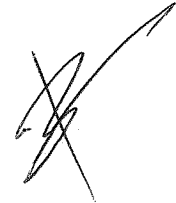
03 - Guarita norte interna (RS0300B0098) com área de 1,44 m²;

04 - Guarita norte externa (RS0300B0086) com área de 1,44 m²;

29 - Uma Caixa de água 1 - subterrânea (RS030044B0055), com área de 28,38 m²;

30 - Uma Casa de água 2 - elevada (RS030044B0054), com área de 18,87 m²;

31 - Uma Casa de força desativada (RS030044B0061), com área de 7,15 m²;

- 
- 32 - Uma Casa de força (RS030044B0083), com área de 1,74 m²;
- 37 - Pátio de Formaturas e acessos pavimentados (RS030044B0052), com área de 5481,84 m²;
- 38 - Um palanque para autoridades (RS030044B0062) com área de 61,45 m²;
- 40 - Guarita do Paiol Sul (RS030044B0096) com área de 1,44 m²;
- 43 - Guarita do Paiol Norte (RS030044B0087) com área de 1,44 m²;
- 44 - Guarita PPM (RS030044B0059) com área de 1,44 m²;
- 54 - Guarita Nordeste (PN Suspensa) (RS030044B0099) com área de 1,44 m²;
- 64 - Guarita do portão sudoeste – inferninho - (RS030044B0071) com área de 1,44 m²;
- 66 - Tambo de leite – desativado - (RS030044B0078) com área de 196,77 m²;
- 67 - Pocilga 1 - desativada - (RS030044B0012) com área de 164,34 m²;
- 68 - Pocilga 2 - desativada - (RS030044B0038) com área de 164,34 m²; e
- 69 - Cercamento (RS030044B0005) - os limites da área do aquartelamento são materializados no terreno da seguinte maneira:

- **Cercamento Externo** - com 3.288,05 metros de extensão, iniciando no portão lateral norte, em frente à Rua Padre Francisco Pacheco, atrás do Monumento Nossa Senhora de Fátima e segue até a rua Padre Ambrósio, com cerca de arame farpado de 1,5 m de altura em média. Na coincidência das ruas Padre José e Padre Custódio existem muros de alvenaria com altura de 2,0 m. A partir do ponto 7 até o ponto 21 (lado leste) os limites são materializados ora por cerca de arame farpado de 1.0 m, ora pelo arroio Concórdia que confronta a área do aquartelamento. Do ponto 21 ao ponto 37, pontos estes relativos ao Plano Diretor, a delimitação existente é com cerca de arame farpado, com altura média de 1.0 m, excetuando a área dos PNR Cap/Ten que possui em seu perímetro um muro contínuo até a Rua Pedro Bonini.

- **Cercamento Interno** - com 1.040,00 metros de extensão, partindo da lateral norte do pavilhão de Comando e Administração, é composto de uma mureta de alvenaria sobreposta por grades de ferro separadas por pilares a cada 5,0 m, com altura aproximada de 2,0 m, formando um retângulo com os quatro cantos e circundando as guaritas norte, leste, sul e oeste e encontrando o lado oposto do pavilhão de Comando e Administração.

f. **Servidões Regularizadas Mediante Contrato:** não existem.

g. **Processos:** não existem.

2. DECLARAÇÃO

Declaro que, após percorrer o imóvel, tendo encontrado tudo de acordo com o Relatório de Situação Patrimonial, lavro o presente Termo de Responsabilidade Administrativa, assumindo a responsabilidade pela preservação dos bens imóveis da União a mim confiados.

Declaro, ainda, que recebi de meu antecessor a documentação relativa ao Plano Diretor da Organização Militar (PDOM).

Quartel em Cruz Alta - RS, 20 de dezembro de 2024.



GILSON BORGES DA SILVA - Ten Cel
Comandante do 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado

MEMORIAL DA ÁREA DAS VENDING MACHINES



1. Identificação e Delimitação da Área

A área reservada para a instalação das duas **vending machines** está localizada nas dependências do **Pavilhão do Almoxarifado**, conforme demarcação gráfica apresentada na **Figura 1**.



Figura 1: Delimitação da área destinada às máquinas no Pavilhão do Almoxarifado.

2. Características Operacionais e Catálogo de Itens

- **Razão Social / Empresa:** Aguardando a emissão do laudo técnico para dar prosseguimento ao processo licitatório.
- **Quantitativo de Equipamentos:** 02 (duas) máquinas.
- **Metodologia de Seleção:** O catálogo de itens a serem comercializados foi fruto de pesquisa interna de preferência realizada com os militares integrantes do **29º GAC AP**.
- **Relação de Preços Praticados:** Em fase de pesquisa de preços.

Abaixo constam os itens definidos e homologados na pesquisa interna que compõem o planejamento de abastecimento:

Categoria	Itens a Serem Comercializados
Refrigerantes	Coca-Cola (Normal), Guaraná Antarctica, Sprite, Coca-Cola ZERO, H2O
Sucos	Del Valle Laranja (ou 100% Suco), Del Valle Uva, Del Valle Pêssego

Doces	Kit-Kat, Snickers, Twix, Bombom Sonho de Valsa, Bis Extra, Barra de Chocolate (Lacta/Nestlé)
Biscoitos	Oreo, Club Social (Original), Teens, Cookie Bauducco, Biscoito de Arroz / Sem Glúten
Salgadinhos	Doritos, Fandangos, Ruffles, Cheetos, Amendoim Crocante, Torcida / Crocantíssimo
Bolos	Ana Maria, Bolo Bauducco, Bolo Panco
Balas e Chicletes	Trident (Menta/Hortelã), Halls (sabores diversos), Mentos, Fini (Tubes/Gomas), Gomets, Bubbaloo

3. Especificações Físicas e Estruturais do Espaço (Almoxarifado)

- **Largura:** 3,00 m
- **Comprimento:** 3,90 m
- **Diagonal:** 4,65 m
- **Altura (Pé-direito):** 4,50 m
- **Área Total Ocupada:** 11,70 m²
- **Tipo de Piso:** Madeira.
- **Tipo de Forro:** Chapas de fibra de madeira prensada (modelo antigo).

4. Infraestrutura Elétrica e Equipamentos de Incêndio

- **Pontos de Energia:** O local conta com **03 (três) pontos de tomadas** na voltagem **220 V**, posicionados nas paredes laterais e ao lado da porta (do lado esquerdo de quem sai do local).
- **Combate a Incêndio:** Os extintores de incêndio que atendem a essa seção estão localizados externamente, fixados à frente da entrada na fachada do pavilhão.

5. Descrição Técnica do Layout

O dimensionamento total de 11,70 m² do espaço físico comporta a instalação simultânea das duas máquinas em paralelo, preservando a área livre frontal necessária para a circulação de pedestres e para a abertura de portas durante os procedimentos de abastecimento e assistência técnica. O layout também prevê o distanciamento das paredes para a devida exaustão dos compressores.

29 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

Mapa de Gerenciamento de Riscos 16/2026

1. Informações Básicas

Número do Mapa de Gerenciamento de Riscos

16/2026

Status do Mapa de Gerenciamento de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto do Mapa de Riscos

Cessão de uso de área destinada para serviços de vending machine - 29º GAC AP.

Responsável pela Edição

MAURICIO AGERT DOS SANTOS

Data de Criação

22/06/2026 14:06

2. Histórico de Revisões

Data e Hora	Versão	Descrição	Autor
24/06/2026 11:31	1.0	O monitoramento das ações descritas nesta matriz ocorrerá de forma periódica ao longo de toda a vigência contratual. Para tanto, o 2º Ten Augusto Pereira Chaves (Fiscal do Contrato), apoiado tecnicamente pela 3ª Sgt Aline Garcia Weber, realizará avaliações bimestrais junto à empresa contratada para aferir a eficácia das medidas preventivas adotadas. Eventuais alterações na criticidade dos riscos, ocorrências de sinistros ou a necessidade de ativação dos planos de contingência serão formalizadas em relatório próprio. Esse documento será periodicamente submetido ao Cap Bruno Giordano do Amaral Poll (Fiscal Administrativo) e ao STen Edmilson Saraiva Munró (Chefe da SALC) para fins de controle, auditoria e anexação ao processo administrativo da Organização Militar.	MAURICIO AGERT DOS SANTOS

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	Violação da Competitividade, Vícios Ilegais ou Inconsistências, Irregularidades Específicas na Cessão de Uso, Vícios Formais e Processuais.	Planejamento	Administração	Baixo	1
Impactos						
1	corretivo e preventivo, visando a legalidade e a competitividade. Para o edital, significa adiamento ou alteração; para a Administração, significa a necessidade de revisar o planejamento da cessão; para o licitante, significa garantir a igualdade na concorrência.					
Ações Preventivas						
P-01	Pedidos de Esclarecimentos Técnicos: Ação proativa para sanar dúvidas sobre ambiguidades, lacunas ou exigências obscuras no edital antes da fase de propostas, evitando interpretações conflitantes que gerem recursos. Responsável: MAURICIO AGERT DOS SANTOS					
P-02	Revisão Jurídico-Técnica (Auditoria do Edital): Análise minuciosa para retirar cláusulas restritivas à competitividade, exigências abusivas, desproporcionais ou ilegalidades que facilitem recursos de terceiros. Responsável: EDMILSON SARAIVA MUNRO					
P-03	Publicidade e Abertura aos Questionamentos: Garantir prazos legais, ampla divulgação e responder formalmente a todos os pedidos, permitindo a retificação/errata preventiva do edital caso haja erros materiais ou exigências ilegais constatadas antes da licitação. Responsável: MAURICIO AGERT DOS SANTOS					
Ações de Contingência						
C-01	Tomar as providências necessárias ao saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação. Responsáveis: AUGUSTO PEREIRA CHAVES, EDMILSON SARAIVA MUNRO					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA	Deserta ou fracassada por falta de divulgação, interesse ou valores inexequíveis.	Planejamento	Administração	Médio	1
Impactos						
1	Uma licitação deserta indica falha na atratividade, a fracassada indica falha técnica ou de preço das propostas, e a inexequível indica risco de execução. Ambas levam ao mesmo impacto de atraso na finalidade pública.					
Ações Preventivas						
P-01	Ampla pesquisa de preços, a fim de evitar estimativa de preço em descompasso com os valores praticados no mercado Responsável: ALINE GARCIA WEBER					
P-02	Verificar as exigências solicitadas e analisar se encontram-se compatíveis com a realidade do mercado. Responsável: AUGUSTO PEREIRA CHAVES					

P-03	Dar ampla publicidade ao edital	Responsável: MAURICIO AGERT DOS SANTOS
Ações de Contingência		
C-01	Realizar nova pesquisa de preços, verificando se os preços não estão defasados	Responsável: ALINE GARCIA WEBER
C-02	Revisar exigências do edital e realizar nova licitação, se for o caso.	Responsáveis: AUGUSTO PEREIRA CHAVES, EDMILSON SARAIVA MUNRO
C-03	No caso de licitação deserta, avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação.	Responsáveis: GILDSON BORGES DA SILVA, BRUNO GIORDANO DO AMARAL POLL

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	NOMEAÇÃO FISCAL	DE Causa o risco de pagamentos por serviços não executados, inexecução total/parcial do objeto, prejuízo ao erário e responsabilização do fiscal e da autoridade que o nomeou (tendo em vista o descumprimento do dever de acompanhar a execução).	Gestão de Contrato	Administração	Alto	1
	CONTRATO SEM AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS FISCALIZAÇÃO					
Impactos						
1	A nomeação de um fiscal de contrato sem as competências técnicas, experiência ou qualificação necessárias configura negligência administrativa e gera sérios impactos, tanto para a Administração Pública quanto para o próprio agente designado. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) exige que a designação recaia sobre servidor efetivo, preferencialmente, com formação ou experiência compatível..					
Ações Preventivas						
P-01	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato e proporcionar capacitação.			Responsáveis:	BRUNO GIORDANO DO AMARAL POLL, GILDSON BORGES DA SILVA	
P-02	Ofertar cursos de capacitação na área de fiscalização de contratos a todos os servidores do Órgão.			Responsável:	BRUNO GIORDANO DO AMARAL POLL	
Ações de Contingência						
C-01	O servidor ao ser nomeado para atuar na fiscalização ou gestão contratual que não detenha competências para tal, notifique formalmente a autoridade que o nomeou sobre sua falta de competência, para que haja tempo de substituição ou capacitação.			Responsável:	AUGUSTO PEREIRA CHAVES	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	SERVIÇO PRESTADO F O R M A INSATISFATÓRIA /DEFICIENTE	DE Serviços ofertados de forma insatisfatória / deficiente. Descumprimento das cláusulas contratuais.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	1
Impactos						
1	A prestação de serviço deficiente gera um ciclo de ineficiência, custando mais caro ao erário público e sujeitando a empresa contratada a penalidades que podem impedi-la de atuar com o setor público por vários anos.					
Ações Preventivas						
P-01	Fiscal de Contrato estar capacitado para atuar na fiscalização contratual			Responsável: AUGUSTO PEREIRA CHAVES		
P-02	Fiscal de Contrato ter pleno conhecimento do Edital e Contrato			Responsável: AUGUSTO PEREIRA CHAVES		
P-03	Realizar avaliações periódicas dos serviços, usando indicadores de níveis de desempenho, e exigindo comprovação mensal de quitação das obrigações trabalhistas.			Responsáveis: AUGUSTO PEREIRA CHAVES, ALINE GARCIA WEBER		
Ações de Contingência						
C-01	Notificar a contratada e determinar imediatamente a correção de qualquer irregularidade encontrada e a imediata solução.			Responsável: AUGUSTO PEREIRA CHAVES		
C-02	Abertura de processo administrativo para averiguação da irregularidade e apuração de responsabilidade.			Responsáveis: BRUNO GIORDANO DO AMARAL POLL, EDMILSON SARAIVA MUNRO		
C-03	Aplicar as sanções previstas no Edital/Contrato.			Responsável: GILDSON BORGES DA SILVA		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

AUGUSTO PEREIRA CHAVES

Chefe da Equipe de Planejamento

ALINE GARCIA WEBER

Equipe de apoio

Seleção de fornecedor

MAURICIO AGERT DOS SANTOS

Agente de contratação